



INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

A dimensão política no exercício profissional do assistente social na área da deficiência

Paula Cristina Vieira Teixeira

Mestrado em Serviço Social

Orientador(a):

Professora Doutora Maria João Pena, Professora Auxiliar  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2023





SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Departamento de Ciência Política e Política Públicas

A dimensão Política no exercício profissional do assistente social na área da deficiência

Paula Cristina Vieira Teixeira

Mestrado em Serviço Social

Orientador(a):

Professora Doutora Maria João Pena, Professora Auxiliar  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2023



## AGRADECIMENTOS

Este Mestrado surgiu de uma urgência em refletir sobre a minha intervenção como assistente social, de uma inquietação cada vez maior em querer continuar a lutar por um mundo mais justo e inclusivo. Esta foi uma longa viagem, que começou em 2020 em plena pandemia, foi por isso pautada por desafios extra, pelo que seria impossível construir este caminho sozinha. O primeiro agradecimento é para o Celso, meu companheiro, pai das minhas filhas, pois, sem o seu apoio seria impossível chegar ao final deste desafio, sabemos que não foi fácil, obrigada. Às minhas filhas, Emília e Clara, amigas incondicionais a quem devo tempo disponível, sei que também cresceram comigo, aprendendo que é tão importante investirmos no conhecimento e nunca devemos desistir daquilo de que mais gostamos. Aos meus pais sempre, o meu pai já não está entre nós, mas será sempre uma das minhas maiores inspirações, tanto na vida, como na minha profissão, homem de pessoas, de paixão pelos outros, pelas suas histórias de uma vida itinerante. E a ti mãe, que cuidaste de mim e agora sabes cuidar de ti, com a tua doçura, deste-me mais serenidade, esperança e a certeza de que nesta vida devemos sempre saber reinventarmo-nos e aprender. À minha irmã Lúcia, o meu pilar, inspiração e apoio, é sempre quem mais me apoia em todas as minhas decisões, obrigada pelo *babysiting* às tuas sobrinhas, refeições e motivação. Ao Nelson Luís, irmão mais velho que foi sempre farol e aos meus sobrinhos, razão de alegria, amor e orgulho.

À minha orientadora, professora Maria João Pena que dedicou o seu tempo, formação e experiência à realização deste trabalho, e a quem agradeço pela orientação do mesmo, pautada pelo rigor, pela exigência e por uma visão crítica e oportuna. Agradeço ainda a todos os professores do Mestrado em Serviço Social por toda a aprendizagem e ao ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, que foi uma boa nova casa.

À minha amiga e companheira de trabalho Ângela, com quem partilhei tantas vezes este processo de construção da Tese de Mestrado. A toda a minha equipa de trabalho da ELI Montijo e Alcochete e à CERCIMA pela valorização do crescimento e formação dos seus profissionais. Agradeço também a tantos outros amigos de tantas lutas e militâncias, a quem agradeço o encorajamento, alegria e apoio, com que sempre me mimosearam, e por sempre terem tido uma palavra de ânimo e alento. Ao meu grupo frequente de trabalhos de grupo no mestrado, pessoas incríveis, sem eles não teria sido possível, Inês, Soraia, Henrique e Isabel, obrigada pelas partilhas, discussões e crescimento pessoal e académico.

Não poderia deixar de agradecer às assistentes sociais entrevistadas, por dispensarem do seu tempo e partilharem o seu conhecimento e experiência, foi um privilégio.

O meu especial obrigado, minha gente!



## RESUMO

Esta dissertação incide sobre a dimensão política do Serviço Social no exercício profissional do assistente social na área da deficiência e tem como principal objetivo compreendê-la através dos profissionais entrevistados que exercem a sua atividade em organizações na área da deficiência.

A dimensão política do Serviço Social faz-se presente nos referenciais âncora da profissão, nomeadamente na sua definição global (Sousa, 2017). No entanto, existe uma opinião generalizada de diferentes autores, de que grande parte dos assistentes sociais não tem consciência dessa dimensão inerente à profissão. E, embora a prática política seja considerada um componente essencial do Serviço Social, o envolvimento real dos assistentes sociais na prática política é aparentemente muito limitado (Gal Idit e Gal John, 2014).

Desta forma, a investigação em Serviço Social assume uma expressão particularmente relevante ao contribuir para a identidade e afirmação das dimensões profissional e académica desta área (Granja & Queiroz, 2011; Ferreira, 2014). O presente estudo aprofunda a dimensão política do Serviço Social relacionando-a especificamente com os Direitos Humanos e a deficiência, para isso, são analisadas três grandes dimensões: o Serviço Social crítico /radical e a prática profissional na contemporaneidade, dimensão política no exercício da atividade profissional e a prática política na sua atividade na área da deficiência. Podendo constatar da análise dos resultados desta investigação, um frágil impacto da dimensão política do Serviço Social na intervenção dos assistentes sociais entrevistados, que se traduz num inconsistente envolvimento em práticas políticas.

Palavras-chave: Serviço Social, políticas sociais, prática política, agir profissional, deficiência, justiça social.



## **ABSTRACT**

This dissertation focuses on the political dimension of Social Work in the professional practice of social workers in disability and its main objective is to understand and get to know it through the professionals interviewed who work in organizations in disability.

The political dimension of Social Work is present in the anchor references of the profession, namely in its global definition (Sousa, 2017). However, there is a widespread opinion from different authors that most social workers are not aware of this inherent dimension of the profession. And although political practice is considered an essential component of social work, social workers' actual involvement in political practice is apparently very limited (Gal Idit and Gal John, 2014).

In this way, research in Social Work assumes a particularly relevant expression by contributing to the identity and affirmation of the professional and academic dimensions of this area (Granja & Queiroz, 2011; Ferreira, 2014). This study deepens the political dimension of Social Work by relating a specifically with Human Rights and disability, for this, three major dimensions are analyzed: the critical / radical Social Service and professional practice in contemporary times, the political dimension in the exercise of professional activity and the political practice in its activity in disability. Being able to verify from the analysis of the results of this investigation, a fragile impact of the political dimension of the Social Service in the intervention of the interviewed social workers, which translates into an inconsistent involvement in political practices.

**Keywords:** Social Work, social politics, political practice, professional acting, disability, social justice.



# ÍNDICE

Agradecimento	iii
Resumo	v
<i>Abstract</i>	vii
Índice	ix
Índice de tabelas	xi
Índice de figuras	xiii
Glossário de Siglas	xv
<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>Capítulo 1. Enquadramento Teórico</b> .....	<b>3</b>
1.1. Estado da Arte.....	3
1.2. O Serviço Social – modelo crítico radical.....	6
1.3. Desafios para o Serviço Social contemporâneo: justiça social e políticas sociais.....	8
1.4. A Prática Política do Assistente Social.....	9
1.5. Deficiência e Direitos Humanos.....	10
<b>Capítulo 2. Metodologia</b> .....	<b>14</b>
2.1. Objeto de Estudo.....	14
2.2. Lógica e estratégia .....	14
2.3. Campo Empírico: Universo e Amostra.....	15
2.4. Técnicas de Recolha e Análise de Dados.....	15
2.5. Dificuldades e limitações .....	17
2.6. Aspetos éticos .....	18
<b>Capítulo 3. Análise e discussão dos resultados</b> .....	<b>18</b>
3.1. Caracterização sociodemográfica dos entrevistados .....	18
3.2. O agir profissional dos Assistentes Sociais.....	19
3.2.1. Proximidade com as populações.....	19
3.2.2. A comunicação e relação entre utentes e profissionais.....	20
3.2.3. Serviço Social e Desafios na atualidade.....	21
3.3. A participação no plano coletivo ou individual da intervenção .....	22
3.4. A Autodeterminação e justiça social como principais pilares do Serviço Social.....	23
3.5. Políticas Públicas e Bem-Estar Social- Satisfação ou descrédito das instituições públicas.....	25
3.6. Condicionamentos à prática política dos Assistentes Sociais.....	26
3.6.1. Acessibilidade às instituições.....	27

3.6.2. Facilitadores à prática política da organização.....	27
3.6.3. A motivação.....	28
3.7. Prática política - Atividades da prática política.....	29
3.7.1. Motivação para a auto-organização dos sujeitos.....	29
3.7.2. Atividades de Representação e <i>Advocacy</i> dos sujeitos.....	30
3.7.3. Investigação e disseminação.....	31
3.7.4. Participação em Consultas Públicas e Discussões Públicas.....	32
3.8. Deficiência e Direitos Humanos.....	34
3.9. Desafios do Assistente Social na área da deficiência na contemporaneidade.....	35
<b>Conclusão</b> .....	<b>37</b>
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	<b>41</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>48</b>
Anexo A – Consentimento Informado	
Anexo B – Guião de entrevista aos profissionais	

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Quadro Teórico-Concetual.....	16
<b>Tabela 2.</b> Caracterização Sociodemográfica dos profissionais entrevistados.....	18



## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Agir profissional dos Assistentes Sociais, burocracia como principal entrave.....	21
<b>Figura 2.</b> Os principais pilares do Serviço Social – justiça Social e autodeterminação.....	24
<b>Figura 3.</b> Elementos que condicionam a prática política dos assistentes sociais na dimensão política.....	28
<b>Figura 4.</b> Atividades de prática política identificadas pelas assistentes sociais entrevistadas.....	34
<b>Figura 5.</b> Desafios do assistente social na área da deficiência na contemporaneidade.....	37



## **GLOSSÁRIO DE SIGLAS**

**AISS**- Associação Internacional de Escolas de Serviço Social

**CACI** - Centro de atividades e capacitação para a inclusão

**CAVI** - Centro de apoio à vida independente

**CDPD** - Convenção dos direitos da pessoa com deficiência

**ENIPD** – Estratégia nacional para a Inclusão das pessoas com deficiência

**FIAS**- Federação Internacional de assistentes sociais

**P(n)** – Pessoa entrevistada

# INTRODUÇÃO

A presente investigação surge no âmbito da realização da Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Serviço Social, a decorrer no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Tendo como objetivo a obtenção de informação para aprofundar o conhecimento relativamente ao objetivo geral do estudo – *Compreender a dimensão política no exercício profissional do assistente social que exerce a sua atividade profissional na área da deficiência.*

É por isso fundamental saber que, a dimensão política do Serviço Social faz-se presente nos referenciais âncora da profissão, nomeadamente na sua definição global (Sousa, 2017). No entanto, diferentes autores afirmam que na contemporaneidade os assistentes sociais têm uma fraca consciência da dimensão política que é inerente à profissão. Assim, embora a prática política seja considerada um componente essencial do Serviço Social, o envolvimento real dos assistentes sociais na prática política é aparentemente muito limitado (Gal Idit e Gal John, 2014).

Após um período fértil da proximidade entre o Serviço Social e a ideologia, vivido nas décadas de sessenta e setenta do século XX, em que por vezes a fronteira entre o ativismo político e a intervenção profissional não estava clara, pelo menos ao nível do discurso e no plano das intenções do que se julgava ser um Serviço Social correto, parece ser altamente problemático voltar a colocar a questão em cima da mesa de debate sobre a profissão (Amaro, 2015). Dessa forma, a investigação em Serviço Social assume uma expressão particularmente relevante ao contribuir para a identidade e afirmação das dimensões profissional e académica desta área. Efetivamente, ao gerar conhecimento em práticas concretas é possível desenvolver conhecimento direcionado à realidade dos assistentes sociais, o que claramente vem a ser útil para se dar resposta às questões mais emergentes do Serviço Social (Granja & Queiroz, 2011; Ferreira, 2014).

O presente estudo pretende assim, não só aprofundar a dimensão política do Serviço Social, mas também efetuar a sua correlação com os Direitos Humanos e a pessoa com deficiência. Para isso será necessário responder à pergunta de partida: *Qual é o impacto da dimensão política no exercício profissional dos assistentes sociais que atuam na área da deficiência?* Assim, serão analisadas as entrevistas tendo em conta três dimensões de acordo com o quadro teórico construído: o Serviço Social crítico /radical e a prática profissional do assistente social na contemporaneidade; dimensão política no exercício da atividade profissional do assistente social e a prática política dos assistentes sociais que exercem a sua atividade na área da deficiência.

A estrutura desta dissertação, divide-se, em três capítulos, nomeadamente, o capítulo 1, onde através do Estado da Arte é feita a primeira grande reflexão sobre o investimento na investigação da dimensão política do Serviço Social e se confirma o aprofundamento da temática por diversos autores, neste primeiro capítulo surge a construção do quadro teórico e conceptual em que o modelo crítico radical é apresentado como o

orientador na prática da dimensão política; reflete-se sobre a justiça social e as políticas sociais; dá-se a conhecer o que são consideradas as práticas políticas no exercício profissional do assistente social e finalizando este capítulo ocorre uma explanação sobre deficiência e Direitos Humanos, mencionando o surgimento da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência(CDPD) e as principais mudanças nos modelos de intervenção.

No capítulo 2, a Metodologia, faz-se a descrição pormenorizada sobre o campo empírico da investigação, universo e amostra; lógica e estratégia; técnicas de recolha e análise de dados; dificuldades e limitações e aspetos éticos. A presente dissertação é de natureza qualitativa, método indutivo, através da técnica de recolha de dados, por entrevistas a assistentes sociais ligados à área da deficiência.

Na análise e discussão dos resultados, capítulo 3, é apresentada a análise e discussão dos dados, consolidando conhecimento daquilo que foi apreendido na teoria. Este capítulo inicia-se com a caracterização sociodemográfica dos profissionais e posteriormente com a apresentação da análise e discussão dos dados dando resposta aos seguintes objetivos específicos: objetivo específico 1 - *Compreender de que forma o agir profissional dos assistentes sociais entrevistados é orientado pelo modelo crítico/radical*; objetivo específico 2 - *Conhecer a participação dos assistentes sociais no plano coletivo da intervenção no Serviço Social*; objetivo específico 3 - *Compreender de que forma os assistentes sociais se posicionam quanto aos principais pilares do Serviço Social - a autodeterminação e justiça social*; objetivo específico 4 - *Conhecer a satisfação ou descredito dos assistentes sociais face às políticas públicas e bem-estar*; objetivo específico 5 - *Conhecer que elementos os assistentes sociais sentem que condicionam a sua prática política*; objetivo específico 6 - *Conhecer que atividades de prática política estão presentes no agir profissional dos assistentes sociais*; objetivo específico 7 - *Compreender de que forma a Convenção dos Direitos da Pessoa com deficiência influencia a sua ação e que opinião têm sobre a sua influência nas políticas públicas em Portugal*; objetivo específico 8 - *conhecer os principais desafios identificados pelos assistentes sociais na área da deficiência na contemporaneidade*.

Por último na conclusão da investigação, são apresentados os resultados da análise da dimensão política destes profissionais.

# **CAPÍTULO 1 – Enquadramento Teórico**

## **1.1. Estado da Arte**

A dimensão política do Serviço Social faz-se presente nos referenciais âncora da profissão, nomeadamente na sua definição global (Sousa, 2017). No entanto, na opinião de diferentes autores, na contemporaneidade, grande parte dos assistentes sociais não tem consciência dessa dimensão política inerente à profissão. E, embora a prática política seja considerada um componente essencial do Serviço Social, o envolvimento real dos assistentes sociais na prática política é aparentemente muito limitado (Gal Idit e Gal John, 2014). Tem sido por isso, alvo de interesse por vários investigadores nacionais e internacionais, estudar o papel dos valores sociais dos assistentes sociais na prática política e seu envolvimento real nesse tipo de prática. Pensar na profissão de assistente social situada nas sociedades contemporâneas, questionar o papel e funções no âmbito de uma civilização tecnológica, implica remeter para um pensamento político sobre as matérias em apreço (Amaro, 2015). Assim, identificar a dimensão política do Serviço Social significa pensar até que ponto o Serviço Social desenvolve um pensamento e ação sobre a sociedade, para que projetos societários colabore e que visão tem do seu papel nessa vida pública, palco privilegiado da ação política (Amaro, 2015).

Da mesma forma, na sua análise do mundo contemporâneo e do papel desempenhado pela tecnologia na sua formatação, questionar o modelo tecnológico atual é um comportamento altamente subversivo. Parece que falar hoje da dimensão política do Serviço Social desafia os pressupostos instalados sobre o que deve e o que não deve ser o Serviço Social (Winner, 2003).

Após um período fértil da proximidade entre o Serviço Social e a ideologia, vivido nas décadas de sessenta e setenta do século XX, em que por vezes a fronteira entre o ativismo político e a intervenção profissional não estava clara, pelo menos ao nível do discurso e no plano das intenções do que se julgava ser um Serviço Social correto, parece ser altamente problemático voltar a colocar a questão em cima da mesa de debate sobre a profissão (Amaro, 2015). Na verdade, não existiram em Portugal experiências fortes de um Serviço Social ativista interessado numa intervenção de natureza política. Isso não impediu, contudo, que durante muito tempo o discurso produzido sobre o Serviço Social, nomeadamente pelas escolas, apontasse para este tipo de conceção profissional (Amaro, 2015).

Assim, o político parece arrastar uma herança do passado que hoje certas correntes do Serviço Social querem recusar – uma herança de militância, de parcialidade e de escolha de posicionamentos. Mas esta é, afinal, também uma herança do património axiológico da profissão (Amaro, 2015).

Aqui coloca-se a questão da recusa ou não da neutralidade como afirmação do carácter político da prática profissional. Pois, “pensar o político implica equacionar a ação profissional na esfera pública,

com as suas opções, prioridades e abordagens; sendo que muitas vezes a profissão se dirige à esfera privada e aí desenvolve a sua intervenção (Amaro, 2015).

Este jogo entre a natureza pública e privada do Serviço Social, sublinha que a legitimação da profissão está também no ato de tornar públicas, porque alvo de intervenção oficial/estatal, questões que são do foro privado dos indivíduos e das famílias. A dimensão política reside, precisamente, no facto de se tratar de uma profissão que serve finalidades públicas do Estado ao mesmo tempo que se debruça sobre as preocupações privadas dos seus destinatários (Payne, 1996).

Assim, apesar de ser consensual para os diferentes autores a caracterização do Serviço Social enquanto disciplina das ciências sociais que tem necessariamente uma dimensão política, podemos constatar que esta não está livre de uma problematização e de uma visão generalizada, de que grande parte dos profissionais não tem consciência dessa dimensão inerente à profissão. Stein identifica mesmo, uma tendência para o que Lovelock *et al.* (2005) designam de “despolitização do Serviço Social”, ou seja, da sua perceção como um tecnicismo baseado nas competências.

Shamai e Bohem (2001), mostram que, é possível evidenciar a forte relação entre as questões de política nacional e intervenção do Serviço Social, reconhecendo, porém, que este é um tema muito pouco trabalhado tanto na prática profissional como na reflexão produzida nesta área disciplinar. Os autores consideram que a política nacional deve ser entendida como um aspeto intrínseco do Serviço Social, sobretudo em áreas que possam ameaçar a existência física e psicológica dos indivíduos. Estabelecem, neste sentido, um conjunto de princípios para a intervenção política dos assistentes sociais, que lhes permitam trabalhar com os destinatários as questões (e a influência das) políticas nas suas vidas, sem entrar num debate político ou, muito menos, numa discussão político-partidária (Shamai e Bohem, 2001).

Num outro sentido, é possível defender que a prática política tem sido a face negligenciada do Serviço Social. Do ponto de vista da Amaro (2015), o Serviço Social tem como principais pilares a defesa, por um lado, da autodeterminação e por outro, da justiça social; remetendo o primeiro para a relação mais individualizada com os destinatários da ação e o segundo para aquilo que designa como prática política. Segundo McDonough (1999), trabalhar para a consecução do ideal de justiça social implica, acima de tudo, que os assistentes sociais se posicionem ao nível da conceção e avaliação das políticas sociais e, portanto, que participem diretamente na sua construção. É este o domínio necessário da prática profissional que se considera negligenciado na forma como os profissionais ocupam o seu espaço jurisdicional. Nesta conceção, o Serviço Social casuísta é associado a uma prática conservadora e com uma presunção apolítica, ao passo que um Serviço Social mais coletivista tem correspondência com uma prática mais progressista e política (Amaro, 2015).

Amaro (2009), no seu estudo, ao entrevistar vários assistentes sociais entre 2007 e 2008 na sua investigação, tenta perceber em que se traduz esta irrecusável dimensão política do Serviço Social, comparando-a com a tipologia proposta por Payne (1996). Na verdade, quando incitados a dissertar sobre os significados, os conteúdos, inerentes à dimensão política do Serviço Social, os profissionais entrevistados apresentaram uma grande variedade discursiva que coloca esta esfera do Serviço Social desde o patamar da autodeterminação dos indivíduos e da realização dos seus projetos (política interpessoal ao nível humano), até ao patamar da justiça social e da cidadania (política da democracia e da igualdade), passando pelo patamar da influência e conceção de políticas sociais (política do Estado de bem-estar). É no âmbito da política da democracia e da igualdade que se encontram mais de metade dos posicionamentos recolhidos, o que dá conta de uma firme identificação e comprometimento da profissão com os princípios da democracia e afasta definitivamente o espectro do controlo social presente na herança histórica do Serviço Social (Amaro, 2015).

Rita Carrilho e Francisco Branco (2018) no estudo sobre a Participação Política dos assistentes sociais em Portugal, debruça-se em compreender o envolvimento dos assistentes sociais em atividades profissionais que visassem influenciar políticas de bem-estar. Este estudo revelou um baixo nível de envolvimento em atividades de *policy practice* e um afastamento entre os profissionais e as estruturas do sistema político, aferido pela falta de confiança nas instituições, pela perceção de que os responsáveis políticos não consideram a opinião dos assistentes sociais, devido a fraca participação em movimentos políticos. Assim, emergiu da pesquisa a referida questão: de que modo poderão os assistentes sociais motivar os utentes a participar na vida política de modo a consubstanciar os seus direitos de cidadania, quando os próprios assistentes sociais não o fazem? Atendendo a que noutros países os assistentes sociais são um grupo profissional com maior nível de participação política, quando comparando com o nível de população médio dos cidadãos em geral, o estudo sugeriu a necessidade de aprofundar a questão da participação política dos assistentes sociais em Portugal numa perspetiva comparativa com o nível de participação política dos portugueses em geral (Carrilho e Branco, 2018).

Quanto à dimensão política no exercício profissional do assistente social especificamente na área da deficiência, o investigador não encontrou estudos desta relação específica entre prática política e exercício profissional do assistente social na área da deficiência.

Martins, Bruno Sena, Fontes, Fernando, Hespanha, Pedro, Berg, Aleksandra (2012), referem no texto crítico, *a emancipação dos estudos da deficiência*, que não obstante o interesse das ciências sociais nas questões de exclusão e desigualdade, a questão da deficiência, enquanto eixo central de reflexão, permanece ausente em muitos contextos académicos. A emergência dos *Disability Studies* deve muito aos contextos em que o ativismo das pessoas com deficiência fez revelar as condições estruturais que oprimem e negligenciam as experiências da deficiência. Quais os desafios para que na

academia portuguesa vingue a perspectiva de fazer da deficiência uma questão central, em termos passíveis de confrontar o silenciamento que as vozes e experiências das pessoas com deficiência enfrentam na vida social? Que importância deve ser dada ao cruzamento da investigação com um paradigma ético e político em prol dos direitos das pessoas com deficiência?

Entretanto, ocorreu um grande crescimento da investigação na área da deficiência, baseada na própria mudança dos modelos de abordagem à deficiência e as suas implicações para as políticas públicas. Existem também diversas dissertações de mestrado em Serviço Social realizadas sobre a prática profissional do assistente social na deficiência e apesar de estas de forma generalizada, serem essencialmente centradas numa intervenção do assistente social de forma individualizada na pessoa com deficiência, existe uma mudança coincidente com a mudança de paradigma de um modelo médico e individual para um modelo biopsicossocial, de autodeterminação e de vida independente da pessoa com deficiência, tendo surgido, essencialmente na última década novos estudos académicos que poderão ser vistos como forma de poder influenciar políticas públicas na área da deficiência e serem eles mesmo, uma forma de prática política. Braga (2018), na sua tese de mestrado em Serviço Social com o tema Autodeterminação das Pessoas com Deficiência, relaciona o Serviço Social com os Direitos Humanos e deficiência colocando a sua dissertação numa dimensão política, do individual para o coletivo. O Serviço Social procura a mudança no ser humano, como soluções para as suas necessidades básicas, promovendo o bem-estar individual e coletivo e uma melhor qualidade de vida. Uma vez que é na família que ocorrem mais violações ao nível dos Direitos Humanos (Simões, 2016), o técnico passa a ter o papel de mediador entre cidadão com deficiência/tutor, de forma a equacionar necessidades, desejos, preocupações, como também entre aqueles e os próprios serviços (Braga, 2018).

Tendo em conta a autodeterminação da pessoa com deficiência e o lema “Nada sobre nós sem nós”, a investigação na área da deficiência também se alterou, em que o principal objetivo é dar voz à própria pessoa com deficiência nesse processo de criação de conhecimento e de prática política.

## **1.2. O Serviço Social - modelo Crítico / Radical**

Segundo, Pinto (2016), o modelo crítico/ radical tem como um dos principais eixos teóricos a perspectiva de Marx. Aliada a esta influência central, verifica-se a interferência de outros movimentos sociais radicais da década de 60/70 do séc. XX, como é o caso do feminismo, das teorias anti opressivas ou dos movimentos de libertação. Desta forma, inseridas no modelo crítico/radical surgem diversas teorias associadas a diferentes tipos de luta social (Pinto, 2016).

O Serviço Social Crítico apresenta quatro grandes compromissos aquando da sua atuação: i) uma preocupação constante em estar próximo de populações desfavorecidas e oprimidas; ii) a criação

de relações e de uma boa comunicação entre profissionais e utentes do serviço; iii) o papel que os profissionais desempenham nos sistemas sociais, financeiros, políticos e económicos; e iv) a influência nas trocas e mudanças na sociedade, uma vez que se pretende que a prática consiga modificar estruturas e processos que tenham origem em explorações ou controlo desmedido aos mais oprimidos (Healy, 2001). Neste sentido, Howe (2009) afirma que “os teóricos críticos examinam o carácter socialmente construído pela sociedade”. Eles mostram como os grupos poderosos e governantes são capazes de justificar as injustiças e as desigualdades através do controlo da linguagem, dos media, educação, agenda política e temas de debate.” Outros autores, concordam com o posicionamento anteriormente apresentado, considerando que “a teoria crítica do Serviço Social absorveu uma conceção geral das ideias da ciência social crítica acerca da natureza do mundo social e da existência humana, tentando compreender o mundo de forma a poder transformá-lo, patente no objetivo de mudança social, que trespassa, hoje a profissão” (Rocha, Ferreira, Silva e Ramalho, 2013). O objetivo central deste modelo, passa, portanto, pela tentativa de transformações de um conjunto de desigualdades e problemas sociais presentes nas sociedades. O modelo crítico surge como uma fase de progressão, como um momento de afirmação do assistente social enquanto “agente político, com uma intervenção militante ao lado das populações e contra as malhas opressivas da estrutura social, incluindo aqui as próprias instituições sociais” (Amaro, 2015). Segundo a visão de Langan (2002), o movimento radical foi central para a transformação da sociedade, implementando na prática do Serviço Social conceitos como *empowerment* ou antidiscriminação, sendo ambos associados a uma mudança de postura na própria sociedade, que é algo que está fortemente incutido no surgimento do modelo radical/crítico. Este modelo, funcionou como uma forma de afirmação das pessoas num sistema controlador e opressor, onde estas deveriam ter um papel de destaque, pois todas as decisões influenciam o seu quotidiano.

Segundo Viscarret (2007) no Serviço Social Crítico “(...) os clientes não são parciais ou totalmente culpados das circunstâncias pessoais e sociais que enfrentam, mas apontam como a causa desta situação opressiva as origens e estruturas sociais”. O assistente social ao longo da sua prática deve por isso ser o agente que auxilia a mudança das condições sociais do cliente, não fomentando uma adaptação a um meio hostil. Rompendo com outros modelos, incluem-se todo o tipo de populações desfavorecidas ou em risco, não diferenciado marginalizados, desfavorecidos, inadaptados ou desprovidos, criando um compromisso com todos os que poderão necessitar de algum tipo de apoio (Viscarret, 2007). Quanto às técnicas utilizadas, também se verifica uma mudança face a outras perspetivas anteriores, considerando-se que deve existir uma estratégia adequada a cada caso, podendo ser utilizadas técnicas tradicionais, mas também inseridas outras que façam sentido, ajustada à realidade social existente. O mais importante é que ao longo de toda a intervenção seja valorizada a

igualdade e equidade, bem como o respeito pelo cliente e os problemas que trazem ao serviço (Viscarret, 2007).

### **1.3. Desafios para o Serviço Social contemporâneo: justiça social e políticas sociais**

No início do século XXI, a versão da definição adotada pela FIAS, na sua assembleia geral realizada em Montreal, no Canadá, em julho de 2000, e pela AIESS em 2001, torna explícitos os princípios dos direitos humanos e da justiça social, atribuindo-lhes uma importância fundamental:

“The social work profession promotes social change, problem solving in human relationships and the empowerment and liberation of people to enhance well-being. Utilizing theories of human behavior and social systems, social work intervenes at the points where people interact with their environments. Principles of human rights and social justice are fundamental to social work” (IFSW, 2014). Assim, esta nova definição aprovada em 2014, conduz para além dos princípios de justiça social e dos direitos humanos, aponta para a responsabilidade coletiva e pelo respeito pela diversidade (Sousa, 2015).

O compromisso com o valor de justiça social exige, segundo McDonough (1999) um envolvimento direto dos assistentes sociais ao nível da conceção e avaliação de políticas sociais. A autora refere-se mesmo a esta questão como um objetivo negligenciado, reportando que as decisões políticas são predominantemente tomadas do topo para a base, sem contribuições de baixo para cima, e por pessoas que têm pouco ou nenhum contacto direto com as pessoas visadas ou as suas circunstâncias (Carrilho e Branco, 2018). Uma questão que importa trazer a debate diz respeito à própria natureza do conceito de justiça social. Este, enquanto representa um ideal político, constitui também um conceito teórico largamente questionado na teoria política e social (Lister, 2007). Uma das definições mais comuns integra o paradigma distributivo e consiste em assegurar igualdade de acesso a todos os bens sociais básicos. É nessa linha que se situa o pensamento de McDonough(1999), acima evocado. No entanto, nem todas as reivindicações de justiça social são traduzidas em termos de (re) distribuição. O paradigma do reconhecimento social – recognition paradigma – vem oferecer uma alternativa, e, de alguma forma, uma abordagem complementar a esta visão (Lister, 2007). Perfilhando uma leitura da justiça social e da igualdade não só em termos económicos, mas também em termos de reconhecimento social e de respeito, esta abordagem, na medida em que aborda a injustiça cultural ou simbólica, que ocorre de forma invisível, também nas interações da vida quotidiana, reveste-se de particular interesse no âmbito da reflexão sobre as práticas profissionais dos assistentes sociais. Por outro lado, com a globalização, a discussão em torno do conceito de justiça social assume novos contornos (Fraser, 2009).

Como forma de adequar as teorias da justiça ao tempo presente, estas devem tornar-se tridimensionais, abarcando não somente a dimensão económica da distribuição e a dimensão cultural do reconhecimento, mas incorporando igualmente a dimensão política da representação e suas implicações nos processos democráticos transnacionais de tomada de decisão (Carrilho e Branco, 2018). Apela, ainda, à necessidade de desenvolver uma reflexividade que permita mudar de nível facilmente, “transitando, quando necessário, entre questões de primeira ordem e questões de meta nível”, por forma a melhor entender as questões que se colocam num mundo globalizado (Fraser, 2009). Esta é uma matéria que se revela da maior pertinência: em que medida se verifica, por parte dos assistentes sociais, uma compreensão dos fenómenos sociais de grande escala e do seu impacto nas vidas dos destinatários da sua ação?

#### **1.4. A Prática Política do Assistente Social**

A *policy practice* é uma dimensão da prática profissional orientada para influenciar a política social, procurando potenciar políticas sociais promotoras dos ideais de bem-estar e progresso social, corretoras de injustiças e desigualdades sociais, reaproximando o Serviço Social dos seus valores matriciais (Carrilho e Branco, 2018). Nas palavras de Mendes (2007) “social workers can transform private pain into public issues”. Jansson (2003) defende que o esforço para mudar as políticas deve fazer parte da atuação dos profissionais e que estes devem centrar na preocupação de influenciar as políticas em prol dos grupos mais desfavorecidos com quem os assistentes sociais trabalham, designando esta ação de “policy advocacy”.

A participação política (em sentido lato), pode funcionar como motivador para o envolvimento da prática profissional orientada para as políticas sociais, sendo mais provável que o assistente social que tem experiência de participação política (em partidos, campanhas, movimentos sociais) esteja mais desperto para atuar no sentido de influenciar o campo das políticas sociais enquanto profissional (Carrilho e Branco, 2018).

O envolvimento ativo na prática política justifica-se pelo facto de as políticas sociais determinarem a prática, os benefícios e serviços disponíveis aos utilizadores de serviços. As organizações, onde se operacionaliza e onde se define o trabalho dos assistentes sociais, incluindo os fundos externos recebidos, e como os benefícios e serviços serão alocados. A participação dos assistentes sociais e dos sujeitos com quem trabalham pode aumentar a capacidade de resposta da política social às necessidades e interesses dos utilizadores dos serviços (Healy, 2012).

A participação dos cidadãos na prática política vai para além da sua consulta num problema pré-definido. Há que envolver as pessoas na definição do problema, nos seus próprios termos, desenvolver alternativas às respostas políticas existentes e na avaliação das políticas que os afetam (Healy, 2012).

Segundo Lustig-Gants e Weiss-Gal (2015) para a prática política devem considerar-se os seguintes elementos que condicionam a prática política dos assistentes sociais:

- a oportunidade diz respeito ao grau de acessibilidade dos assistentes sociais às instituições que formulam as políticas, de modo a influenciar a sua conceção ou reformulação;
- A facilitação refere-se ao espaço profissional do assistente social que pode, ou não, permitir e encorajar a prática política, bem como à influência do assistente social na sua organização;
- A motivação é individual e influenciada por fatores internos (valores, capacidades, perceções e características do assistente social) e externos (ambiente profissional).

A falta de confiança nas instituições com poder legislativo não impede, necessariamente, os assistentes sociais de procurarem influenciar a produção das políticas sociais, mas poderá indiciar que, não confiando nas instituições, esta dimensão de atividade profissional, é pouco explorada (Carrilho e Branco, 2018).

McDonough (1999), propondo-se contribuir para o desenvolvimento da ação política dos assistentes sociais, e com base num levantamento da produção científica neste domínio, identificou quatro métodos relativos a processos formais de tomada de decisão política e de formas de influência: – a advocacia legislativa – que consiste em “promover e influenciar a legislação de modo a beneficiar as populações carenciadas representadas pelo Serviço Social” e que segue o modelo de lobbying – a reforma através da litigação – que diz respeito ao recurso à via judicial para corrigir problemas de minorias sem poder, nomeadamente quanto a infrações e direitos, e clarificar as formas de aplicação da lei; – a ação social – que tem por objetivo a “redistribuição de recursos e a redução de desigualdades”; – e a análise da política social – que, privilegiando enquadramentos de referência para responder a questões como “quem beneficia da política, quais os benefícios providenciados, a forma de prestação e as fontes financeiras” contribui para a conquista de um espaço no âmbito da conceção, avaliação e reorientação das políticas sociais, numa linha mais consentânea com os quadros de referência do Serviço Social (Carrilho e Branco, 2018).

## **1.5. Deficiência e Direitos Humanos**

Desde a segunda metade do século XX, que tem vindo a crescer a nível internacional a urgência para enquadrar a deficiência como uma questão de direitos humanos. Uma abordagem à deficiência baseada nos direitos humanos valida, e reorienta a legislação e as políticas públicas pelo reconhecimento do valor e dignidade humana de todas as pessoas com deficiência, garantindo-lhes o gozo pleno do seu estatuto de cidadãos, com todos os direitos e liberdades inerentes (Pinto, 2015).

A deficiência é um conceito complexo e subsistem divergências quanto aos parâmetros da sua definição. Na sociedade portuguesa, como em muitas outras, ainda se assiste a alguma tensão entre

modelos conceituais distintos, que originam políticas que vão do paternalismo e segregação à promoção de direitos de cidadania (Pinto, 2015).

A mais importante e mais recente é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), adotada pela Assembleia Geral da ONU a 13 de dezembro de 2006. Um aspeto fundamental desta Convenção é o modo como aborda a noção de deficiência. Reconhecendo logo no preâmbulo que a deficiência é "um conceito em evolução" a Convenção não oferece uma definição estrita de deficiência, declarando no seu artigo 1º que: "pessoas com deficiência incluem aquelas que têm incapacidades duradouras, físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais, que em interação com várias barreiras podem impedir a sua plena e efetiva participação na sociedade em condições de igualdade com os outros" (CDPD, 2006).

Assim, reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com incapacidades e barreiras comportamentais e ambientais que impedem a sua participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as outras pessoas; reconhecendo a importância dos princípios e das orientações políticas constantes do Programa Mundial de Ação relativo às Pessoas com Deficiência e das Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência na influência da promoção, formulação e avaliação das políticas, planos, programas e ações a nível nacional, regional e internacional para continuar a criar igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiências (CDPD, 2006).

A abordagem dos direitos pressupõe uma "mudança de paradigma" nas atitudes e no tratamento que a sociedade deve conceder às pessoas com deficiência, reequacionando as como "sujeitos" de direito e membros ativos da sociedade, capazes de tomar decisões sobre as suas vidas (Quinn e Degener, 2002). Encontra-se atualmente em vigor uma diversidade de instrumentos criados pelas Nações Unidas, estabelecendo obrigações relativas aos direitos humanos para as nações que os ratificam. A CDPD representa por isso, um momento histórico na luta das pessoas com deficiência por direitos e reconhecimento social. Esta conquista, no entanto, está longe de estar concluída. Os direitos não são dados, mas conquistados, e precisam de ser constantemente protegidos. É urgente promover a sensibilização sobre as formas de indignidade humana e discriminação com base na deficiência e contribuir para ampliar a teoria e prática dos direitos humanos, de modo a permitir uma resposta mais adequada das políticas públicas às questões que ameaçam a dignidade e qualidade de vida das pessoas com deficiência em Portugal (Pinto, 2015).

Neste sentido, a adoção da Convenção da pessoa com deficiência constitui um marco histórico na medida em que assinala uma "mudança de paradigma" com profundas repercussões na forma como a deficiência é descrita, explicada e tratada pela sociedade e pelo Estado. Contudo, as pessoas com deficiência continuam especialmente vulneráveis à exclusão social, por carência de diferentes

condições – discriminações permanentes, isolamentos, restrições sociais, assaltos abusivos à identidade e estima próprias (Garcia; Ribeiro; Bracons; Desment, 2019).

Apresentam-se três os modelos de referência a referir: médico/individual, social e biopsicossocial, que explicam de formas diferentes o conceito de deficiência e que sofreram alterações com o evoluir da sociedade. No primeiro caso, o modelo médico ou individual, tinha como *focus* os indivíduos com deficiência, vendo-os com “falha, perda ou disfunção do corpo” (Pinto, 2013), cujo objetivo era “reabilitar, curar e tratar” (CRPG e ISCTE, 2007), utilizando fins medicinais para a reabilitação dos mesmos, consistindo numa abordagem assistencialista.

Nos anos 60, no Reino Unido, surge um novo modelo como forma de reação ao modelo acima explicitado, onde o centro do problema passa a ser a organização social. O modelo social refere que a dificuldade se encontrava na relação pessoa/contexto, enfatizando as questões sociopolíticas. Centrando a sua abordagem nos Direitos e na Igualdade de Oportunidade, procurava habilitar e eliminar barreiras. Fontes (2016) refere que “não é a deficiência que impede as pessoas de participar na vida em sociedade, mas sim a forma como a deficiência é socialmente construída e as barreiras sociais, políticas, físicas e psicológicas criadas pela sociedade que limitam e constroem a vida das pessoas com deficiência”. O modelo social da deficiência introduziu uma conceção muito diferente de deficiência, redefinindo-a como um produto "social" e já não como o resultado de "patologias individuais" (Rioux e Valentine, 2006), atribuindo as suas causas mais profundas às barreiras sociais que impõem restrições ao que as pessoas com deficiência podem ser e fazer. Por outras palavras, reconhecia-se que os ambientes sociais, económicos e físicos que são incapazes de acomodar a "diferença" produzem deficiências. Neste sentido, e uma vez que é a sociedade e não os indivíduos que precisam de ser "reabilitados", esta abordagem enfatiza a responsabilidade dos Estados em proceder a mudanças sistémicas e estruturais de modo a eliminar barreiras e obstáculos e a criar sociedades verdadeiramente inclusivas.

Posteriormente, e envolvendo uma abordagem holística, relacionando as condições sociais, emocionais e incapacidades, surge o modelo biopsicossocial ou relacional. Segundo Driedger (1989), Oliver (1990) e Barnes (2002), o modelo surge como “tentativa concertada para integrar o modelo médico e a interpretação sociopolítica radical do modelo social, como resultado da sua rejeição por parte das pessoas com deficiências e incapacidades, organizações e parceiros dentro e fora da comunidade científica” (CRPG e ISCTE, 2007). Procura a participação ativa, incluindo-os na sociedade e “criando condições para o exercício dos direitos humanos” (Pinto, 2013).

Os modelos social e biopsicossocial surgem por isso, como modelos de abordagem à deficiência enquadrados com os Direitos Humanos, sendo por isso, também chamados de “modelo de direitos fundamentais”, em que o principal objetivo é construir uma sociedade de plena integração e para a

qual as diferenças são tão preciosas. Desenvolveu-se por isso o “modelo da diversidade funcional” o qual visa complementar o modelo social e das respostas aos problemas não resolvidos de que sofre o coletivo de pessoas com deficiência (Moreira, 2019).

Há ainda uma outra importante consequência da abordagem à deficiência como uma questão de direitos, e esta prende-se com o *empowerment* das pessoas com deficiência. Um dos princípios fundamentais da perspetiva centrada nos direitos humanos é que os indivíduos possuem direitos simplesmente pela sua humanidade, e não por caridade ou beneficência pública (Gostin, 2001). Esta é uma reivindicação importante especialmente para as pessoas com deficiência, que historicamente têm enfrentado estereótipos negativos e visto negado o acesso a oportunidades e recursos em razão das suas "diferenças naturais" (Barton, 1993). Tal implica reconhecer a voz das pessoas com deficiência, de forma direta e vinculativa em todos os planos da sociedade: sociais, políticos e académicos (Garcia; Ribeiro; Bracons; Desment, 2019). É tempo, portanto de entender, tal como noutros campos da realidade, a diversidade (neste caso a diversidade funcional) como uma questão de direitos humanos. E é indispensável desenvolver políticas, medidas e serviços orientados pelo modelo de diversidade e filosofia de vida independente adotado pelas Nações Unidas (Garcia; Ribeiro; Bracons; Desment, 2019). “Nada sobre nós sem nós” é hoje o grito que define o movimento internacional das pessoas com deficiência. Impõe-se assim uma nova forma de fazer política pública nesta área, que deverá contar com a voz ativa dos cidadãos com deficiência (Pinto, 2015). A adoção da CDPD tornou visível, quem por tanto tempo “cidadãos e cidadãos invisíveis” não conseguia participar (Quinn & Degener 2002), só desde 2006 conquistaram no plano jurídico esse direito de participação.

Entretanto, mais recentemente a Comissão Europeia apresentou a Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030, para garantir a sua plena participação na sociedade, em pé de igualdade com as outras pessoas, dentro e fora da União Europeia. Assim, baseada na Estratégia Europeia para os Direitos da Pessoa com deficiência, surge em Portugal a Estratégia Nacional para a inclusão das pessoas com deficiência (ENIPD) 2021-2025 (ENIPD, 2021). A Estratégia está em conformidade com o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e com a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, que consagram a Igualdade e a Não Discriminação como pedras angulares das políticas da EU (ENIPD, 2021).

As pessoas com deficiência têm, como todas as outras, o direito de participar em todos os domínios da vida. Embora as últimas décadas tenham registado progressos no acesso aos cuidados de saúde, à educação, ao emprego, às atividades recreativas e à participação na vida política, subsistem muitos obstáculos. Chegou o momento de intensificar a ação europeia (ENIPD, 2021). A estratégia apoia a aplicação, pela UE e pelos seus Estados-Membros, da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, tanto a nível da UE como a nível nacional. A mesma, prevê várias

alterações em respostas sociais já existentes, alterações essas, baseadas numa mudança de modelo de intervenção, mais próximo do modelo social de direitos fundamentais e do modelo de diversidade funcional, com proposta de políticas públicas voltadas para a filosofia da vida independente, com vista a dar uma resposta mais próxima ao que está estabelecido na Convenção dos Direitos da pessoa com deficiência (CDPD, 2006) (ENIPD, 2021).

## **CAPÍTULO 2 – Metodologia**

### **2.1. Objeto de Estudo**

Tendo como objetivo a obtenção de informação que nos ajude a aprofundar o conhecimento relativamente ao nosso objeto de estudo – *a dimensão política no exercício profissional do assistente social*, a investigação será de carácter qualitativo.

O investigador pretende que a partir dos discursos dos profissionais que exercem a sua atividade na área da deficiência se compreendam as dimensões selecionadas que foram privilegiadas para análise: o agir profissional dos assistentes sociais; a participação no plano coletivo na intervenção do Serviço Social; a autodeterminação e justiça social como principais pilares do Serviço Social; políticas públicas e bem-estar; elementos que condicionam a prática política dos assistentes sociais; a sua prática política; deficiência e Direitos Humanos e desafios do assistente social na área da deficiência na contemporaneidade.

Assim, procedeu-se a uma investigação de natureza qualitativa, que consiste numa “(...) pesquisa sistemática, sustentada em princípios teóricos (...) e em atitudes éticas (...); tem como objetivo obter junto dos sujeitos a investigar (...) a informação e compreensão de certos comportamentos, emoções, modos de ser, de estar e de pensar (...); trata-se de uma compreensão que se deve alcançar tendo em conta os contextos (...). A investigação qualitativa visa contribuir para o melhoramento das situações e para a resolução dos problemas existentes no contexto” (Amado, 2014). Neste tipo de abordagem, a realidade não existe se não lhe for atribuído um significado: "A realidade é socialmente construída" (Berger e Luckmann, 1967). Para tal, o investigador tenta “(...) penetrar no mundo conceptual dos seus sujeitos com o sentido de perceber como e qual o significado que constroem para os acontecimentos das suas vidas (Bogdan e Biklen, 1994).

### **2.2. Lógica e estratégia**

No que respeita à lógica e estratégia desta metodologia, esta apoia-se pelo método indutivo, sendo que a indução é uma forma de raciocínio utilizada para o conhecimento e compreensão, estabelecendo relação entre a teoria e a observação. O objetivo passa por descrever as características dos indivíduos e situações sociais, para, à posteriori determinar a natureza dos padrões das relações. Estando estas

características e padrões são estabelecidas, são empregues enquanto explicação de eventos ocorridos (Blaikie & Priest, 2019). Geralmente estes métodos estão associados a abordagens qualitativas, onde há uma estreita relação entre a teoria, estratégias de pesquisa, métodos de recolha e posterior análise (Aires, 2015). Priorizar-se a complexidade e a subjetividade das experiências sentidas, estes processos de investigação permitem estudar temas relevantes, recolhidos no ambiente do participante em que o foco passa por prestigiar os significados individuais e considerar a complexidade das situações (Ravitch & Carl, 2021).

### **2.3. Campo Empírico: Universo e Amostra**

Tendo em consideração o objeto de estudo, o campo empírico desta investigação são as diferentes organizações da área da deficiência, realizando entrevistas diretamente a assistentes sociais que exercem a sua atividade em diferentes respostas sociais de diferentes organizações. Assim, o universo são os assistentes sociais que exercem a sua atividade profissional especificamente na área deficiência.

A amostra selecionada foi não probabilística, por acessibilidade e tipicidade, em que os elementos da pesquisa são representativos da população-alvo (Vergara, 1997). Esta opção foi baseada na rede de relacionamentos e de organizações de interesse por parte da investigadora, por esta exercer a sua atividade profissional na área da deficiência, o que também permitiu uma maior proximidade e facilidade de abordagem aos sujeitos. A amostra são 10 assistentes sociais a trabalhar em diferentes respostas sociais de organizações da área da deficiência. Foi relevante para o investigador ter como critério de seleção dos profissionais a entrevistar o facto de estes exercerem a sua atividade em diferentes organizações e respostas sociais, por se pretender explorar diferentes discursos e experiências profissionais na área da deficiência.

### **2.4. Técnicas de Recolha e Análise de Dados**

A técnica de recolha de informação selecionada foi a entrevista semiestruturada, caracterizada pela flexibilidade do guião de entrevista (Silva, 2005) e existência de perguntas abertas (Prodanov, 2013). Este tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização (Manzini, 1991).

As entrevistas foram realizadas a assistentes sociais que exercem a sua atividade na área da deficiência, assim, foram efetuadas 10 entrevistas no total, tendo todas decorrido durante o mês de maio de 2023. Indo de encontro com a disponibilidade e preferência dos entrevistados, foram realizadas quatro entrevistas presenciais e seis entrevistas via plataforma zoom. Após a leitura e assinatura do consentimento informado, iniciou-se a gravação áudio da entrevista e prosseguiu-se com as questões. As entrevistas duraram em média entre 30 e 60 minutos e foram gravadas em formato

áudio para posteriormente serem transcritas e analisadas. A realização do guião de entrevista<sup>1</sup> utilizado teve em conta o modelo de análise apresentado em quadro abaixo.

Conceito	Dimensões	Indicadores
O Serviço Social crítico /radical e a prática profissional do assistente social na contemporaneidade	- O agir profissional dos assistentes sociais;	- Existe a preocupação em estar <b>próximo de populações</b> desfavorecidas e oprimidas; - Existem boas <b>relações</b> e uma boa <b>comunicação</b> entre profissionais e utentes do serviço; - <b>O Serviço Social e os desafios na atualidade;</b>
Dimensão Política no exercício da atividade profissional do assistente social	- A participação no plano coletivo da intervenção do Serviço Social; - A Autodeterminação e justiça social como principais pilares do Serviço Social; - Políticas Públicas e Bem-Estar Social; - Elementos que condicionam a prática política dos assistentes sociais; - Prática política;	- Assistente Social conhece e valoriza a <b>dimensão individual e coletiva</b> da intervenção; - Demonstra preocupação e <b>análise crítica a um problema social</b> que afeta os utentes com quem trabalha e <b>defende formas de promover alterações;</b> - <b>Satisfação ou descrédito das instituições públicas;</b> - <b>Acessibilidade às instituições</b> que formulam as políticas sociais, de modo a influenciar a sua conceção ou reformulação; - <b>Facilidade em permitir e encorajar a prática política</b> , bem como à influência na sua organização; - <b>A motivação</b> é individual e influenciada por fatores internos (valores, capacidades, perceções e características do assistente social) e externos (ambiente profissional) ; - <b>Atividades de prática política</b> no agir profissional do assistente social;
A Prática Política dos assistentes sociais que exercem a sua atividade na área da deficiência	- Deficiência e Direitos Humanos; - Desafios do Assistente Social na área da deficiência na contemporaneidade;	- Assistente social conhece e valoriza a Convenção dos Direitos da pessoa com deficiência e os <b>modelos de abordagem</b> na <b>deficiência</b> e a mudança de paradigma de modelo médico para modelo biopsicossocial; - Promoção da <b>Autodeterminação</b> da pessoa com deficiência; modelo de <b>vida independente;</b>

**Tabela 1** – Quadro de Modelo de Análise

O guião de entrevista utilizado divide-se assim, em duas partes: primeiramente tem 8 perguntas de caracterização sociodemográfica e numa segunda parte tem 16 perguntas abertas referentes ao tema de investigação, que posteriormente foram analisadas através da criação de categorias de análise.

Após a recolha de dados, a informação é processada, no qual é necessário desenvolver um processo analítico rigoroso tendo em conta os dados obtidos. É preciso questionar-se sobre os seus significados e explorá-los conforme os métodos mais adequados para se obter os resultados delineados às perguntas inicialmente formuladas (Vilelas, 2009).

Na prática, o objetivo da investigação qualitativa passa por produzir resultados e, para isso, é necessário proceder-se a análise do conteúdo que vai permitir compreender melhor o fenómeno estudado – *a dimensão política no agir profissional dos assistentes sociais que exerçam a sua atividade profissional na área da deficiência*. Para isto há que interpretar os dados, ou seja, codificar as respostas quanto aos objetivos, tendo em atenção ao rigor, confiabilidade e fidedignidade das informações obtidas (Newome, 2016).

<sup>1</sup> Guião de Entrevista em Anexo

Para análise e interpretação dos dados obtidos fez-se uso do programa informático para análise dos dados qualitativos, MAXQDA, uma vez que com este programa é possível minimizar as imprecisões sentidas na compreensão da realidade estudada. Este software permite que as informações partilhadas pelos entrevistados estejam organizadas, o que torna mais fácil o processo de filtrar, localizar e identificar o conjunto dos dados (Evers, 2011). Isto, efetivamente, permite rever e examinar a informação de forma global e viabilizar, de forma mais direta, a relação dos dados. Deste modo, a investigação é feita de forma mais transparente, uma vez que os resultados obtidos nas entrevistas são realçados pelas ferramentas do software, através dos mapas semânticos, o que dissipa possíveis enviesamentos involuntários. A utilização do MAXQDA facilita, claramente, a transparência e organização deste estudo, o que vai em consequência aumentar a qualidade da investigação.

## **2.5 Dificuldades e limitações**

Durante o processo de investigação surgiram algumas dificuldades e limitações. No que respeita às principais dificuldades, estas prenderam-se essencialmente pela demora na resposta de alguns dos entrevistados quanto à sua disponibilidade. Assim, apesar do respeito e interesse demonstrado em colaborar no estudo, não existia qualquer relação de proximidade com metade dos assistentes sociais entrevistados, o que tornou o processo um pouco mais demorado. Foi também afirmado por parte de alguns entrevistados, alguma insegurança face ao tema da investigação, ou por se sentirem distantes do que é a dimensão política do serviço social, ou por exercerem cargos de chefia nas organizações e considerarem estar longe de exercer funções de assistente social. Decorrente dessas dificuldades, para ajustar à disponibilidade dos entrevistados, as entrevistas foram realizadas sempre de acordo com a hora e local escolhido pelo entrevistado. Assim, adequando com a preferência dos assistentes sociais, foram realizadas entrevistas presenciais e via plataforma zoom. No momento da entrevista todos os entrevistados demonstraram total disponibilidade, sem preocupação com tempo, à vontade no aprofundando das questões, existindo uma boa relação entre entrevistador e entrevistado, tanto nas entrevistas presenciais como nas efetuadas via zoom.

No entanto, sendo uma investigação focada no profissional de Serviço Social na área da deficiência, esse foi um fator que limitou a seleção da amostra, pois, em muitas das organizações só existe um assistente social na organização.

## **2.6 Aspetos éticos**

Antes de cada entrevista foram explicados os objetivos da pesquisa, bem como o cumprimento dos princípios éticos. Assim, todos os participantes leram e assinaram o consentimento informado<sup>2</sup>, onde está descrita a metodologia e os princípios éticos previstos no Código de Conduta do ISCTE (Despacho

---

<sup>2</sup> Consentimento Informado em Anexo

nº 86/2016- ISCTE-IUL), nomeadamente a honestidade, a fiabilidade, o rigor, a objetividade, a integridade, a responsabilidade e, por último, a confidencialidade.

## CAPÍTULO 3 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir das entrevistas realizadas, é possível efetuar a análise dos dados, procurando identificar os principais elementos que compõem a dimensão política no exercício profissional do assistente social na área da deficiência. Com base na análise dos dados, é possível discutir os resultados obtidos, destacando as principais percepções dos assistentes sociais entrevistados em relação à dimensão política no exercício profissional na área da deficiência. Além disso, é importante problematizar os desafios e possibilidades da atuação política do assistente social nesse campo, considerando as particularidades e complexidades que envolvem o trabalho com pessoas com deficiência. Para isso, foram analisadas as três dimensões/temas que corresponderam ao guião de entrevista, nomeadamente: **(1)** O Serviço Social crítico /radical e a prática profissional do assistente social na contemporaneidade, **(2)** Dimensão Política no exercício da atividade profissional do assistente social e **(3)** A Prática Política dos assistentes sociais que exercem a sua atividade na área da deficiência.

### 3.1. Caracterização sociodemográfica dos entrevistados

Género				
Feminino 10	Masculino 0			Outro 0
Idade				
20-29 2	30-39 1		40-50 7	
Formação Académica				
Licenciatura 10	Pós-Graduação 4	Mestrado 2	Doutoramento 0	
Anos de exercício profissional como Assistente Social				
0-9 3	10-19 3		20-30 4	
Resposta social em que exerce a sua atividade atualmente				
Intervenção Precoce na Infância 3	Formação Profissional 3	CACI 3	CAVI 2	Lar 1
Anos que trabalham na atual organização				
0-9 3	10-19 3		20-30 4	

**Tabela 2** – Caracterização sociodemográfica dos entrevistados

Como é possível consultar na **tabela 2- Caracterização sociodemográfica dos entrevistados**, todos os profissionais entrevistados são do género feminino. Na maioria, sete, têm entre os 40 e os 50 anos, uma entre os 30 e os 40 e duas entre os 20 e os 30 anos de idade. Quanto aos anos de experiência como assistentes sociais, sete têm entre 10 e 30 anos de experiência e três, até nove anos de experiência como assistentes sociais. Trabalhando quatro das entrevistadas há mais de 20 anos na atual organização na área da deficiência, três trabalham entre os 10 e os 19 anos na mesma organização e

três entre os zero e os nove anos. É importante referir, que duas das entrevistadas trabalham em duas respostas sociais dentro da mesma organização, trabalhando ambas, parte do seu horário de trabalho na Intervenção Precoce na Infância e outra parte do seu horário em CACI. Portanto, três trabalham na Intervenção Precoce, três no CACI, três na Formação Profissional, duas em CAVI e uma em Centro de recuperação para pessoas com deficiência em regime de internamento. Das funções desempenhadas pelas assistentes sociais nas diferentes respostas sociais, cinco desempenham também funções de Coordenação de respostas sociais ou cargos no Conselho de Administração das respetivas organizações. É importante também referir que, duas das assistentes sociais são também facilitadoras em grupo de autorrepresentantes de pessoas com deficiência dentro das suas organizações.

## **3.2. O agir profissional dos Assistentes Sociais**

### **3.2.1. Proximidade com as populações**

Neste indicador pretende-se conhecer as atividades realizadas pelas assistentes sociais entrevistadas e compreender se, na sua atividade diária, estão próximas das populações ou se existe a preocupação em garantir essa proximidade.

As assistentes sociais entrevistadas referem na sua maioria, um elevado cariz burocrático e administrativo no seu trabalho diário, realizando: processos de admissibilidade dos serviços (gestão de listas de espera)(P5, P6, P7, P8, P9); organização de pedidos sociais; gestão de recursos humanos (horários, entrevistas, preparação de reuniões)(P5, P6, P7, P9); parte burocrática de contratos (avenças, horários e contabilidade) (P6, P7), controle orçamental; a elaboração dos relatórios de atividade quer da execução física dos serviços, quer da execução financeira (P1; P5; P6; P7; P8; P9; P10).

É possível constatar que seis das assistentes sociais têm grandes responsabilidades especificamente na Gestão de Recursos Humanos na área administrativa (P2,P5, P6, P7, P8, P9).

*“Trato da parte burocrática de contratos, avenças, horários, enviar para a contabilidade sempre que contratamos um novo assistente pessoal. Depois também gerimos aqui a gestão de substituições, uma folha da Excel em que nós temos todos os horários de todos os assistentes pessoais”* (P6).

São igualmente referidas atividades de maior proximidade com as pessoas acompanhadas, como: mediação entre a família e todos os intervenientes; acompanhamento centrado na família; acompanhamento a consultas(P3; P4; P5; P8), capacitação da pessoa e da família; formação interna e externa (P1; P2; P3; P4); avaliar as necessidades realizada com o próprio, a elaboração dos planos individuais; contribuir para a qualidade e humanização dos serviços; coordenar gabinetes de atendimento ao utente (P1; P2; P3; P4; P5; P7;P8).

*“...acompanhamento a consultas, marcação de consultas, avaliação com elementos da equipa multidisciplinar (...) de acordo com os recursos da comunidade, capacitando a família e a criança no seu desenvolvimento, na sua evolução” (P3).*

### **3.2.2. A comunicação e relação entre utentes e profissionais**

Pretende-se neste indicador, perceber se existem boas relações e uma boa comunicação entre profissionais e utentes do serviço e definir as relações com os sujeitos de intervenção. Assim, através da análise pelo sistema de códigos do MAXQDA ao analisar a nuvem de palavras sobressaem as seguintes palavras nas respostas das entrevistadas: pessoas; famílias; coordenação; relação e proximidade.

A proximidade com as pessoas e a relação que estabelecem entre os beneficiários, colegas de trabalho ou parceiros é considerado para todas as entrevistadas o principal atributo do trabalho como assistente social. Deste modo, a maioria refere ter proximidade com os beneficiários (P1, P2, P3, P4, P5, P8, P10), no caso de três assistentes sociais entrevistadas, que não têm essa possibilidade por realizarem um trabalho de enorme base burocrática e administrativa, a sua maior frustração é não estarem tão próximas dos beneficiários e de outros intervenientes da organização ou parceiros. Estas consideram que por isso as suas funções, afastam-nas de estar a realizar funções de assistente social (P6, P7, P9).

*“Isso é uma coisa que eu tenho muita pena porque é muito através de computadores. De facto, há destinatários que moram aqui perto, mas que vêm cá muito pouco (...) por motivos que nos são alheios, eles não conseguem vir e não existe uma proximidade muito grande a nível pessoal (...) nós articulamos muito através do telemóvel, através das reuniões que nós também fazemos mensalmente para perceber os aspetos que estão menos bem e que necessitam de melhoria e os aspetos que não necessitam de melhoria, só que assim, pessoalmente, não existe um contato muito próximo. Nós também já tentámos fazer reuniões presenciais, só que a maior parte das pessoas não adere” (P6).*

*“Sim, é uma relação próxima, não muito hierárquica, é uma relação de proximidade. Eles tratam-me por tu, portanto não tratam por doutora, nem por formadora, nem por nada disso. (...) Não consigo não deixar de partilhar alguma coisa da minha de vida pessoal, não consigo deixar de, às vezes fazer uma relação comparativa entre aquilo que eu vivo, se isso for benéfico também para a aprendizagem deles.” (P4).*

Em suma, a burocracia e o trabalho mais tecnocrata são identificados como fatores que prejudicam também a relação com as populações e com os profissionais.

### **3.2.3. Serviço Social e Desafios na atualidade**

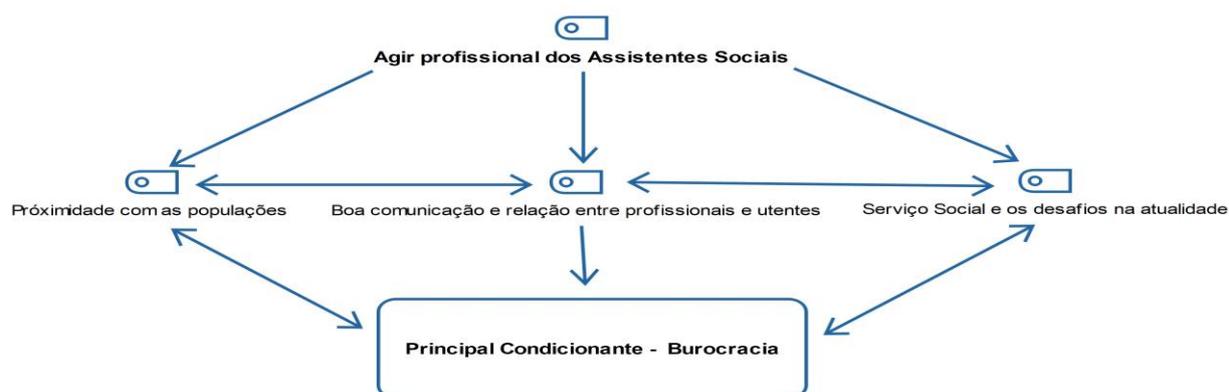
Relativamente à perceção de como o Serviço Social pode enfrentar os desafios da atualidade, foi possível perceber de que forma estas profissionais na sua atividade diária tentam ir ao encontro do

que consideram ser para si os principais valores da profissão na contemporaneidade e até que posição tomam e resultados conseguem, relatando quais as maiores dificuldades nesse processo. Assim, todas as entrevistadas consideraram que na sua atividade diária tentam ir ao encontro do que consideram os principais princípios do serviço social (P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10). Fazem-no de diferentes formas, dependendo das suas funções e atividades profissionais diárias, tais como: trabalhar para as pessoas; na luta pelo respeito pela dignidade humana; na capacitação, no dar voz, no capacitar para serem eles próprios a reclamar, no alertar a escola da importância para a inclusão.

*“(...) os princípios do Serviço Social são estes que nós todos os dias implementamos, porque trabalhamos com pessoas, para as pessoas, não é? E estes são implementados todos os dias(...) Eu vou fazendo formações, mas quem não vai reciclando de uma forma assim tão sistemática, com mestrados ou doutoramentos, vai perdendo um bocadinho o que ficou lá para trás (...) isso é o nosso dia a dia. Nós é que não paramos para pensar, mas eles estão lá, não é?” (P10).*

Quanto às maiores dificuldades, sete (P1; P5; P6; P7; P9; P8; P10) apresentam novamente como principal dificuldade o excesso de burocracia que retira flexibilidade na resposta que é necessária para dar uma resposta às necessidades das pessoas acompanhadas.

*“Todos os dias tento ir ao encontro das necessidades de cada destinatário, mas lá está, a questão da burocracia, é a grande dificuldade, é excessiva e não permite a flexibilidade que devia de existir nesta área de intervenção (...), exigem situações de resposta imediatas e com a questão da burocracia são processos mais demorados e infelizmente tem de se dizer a uma pessoa para tratar de papelada interminável e pedir para esperar, deixando a sua vida e autonomia adiadas” (P6).*



**Figura 1** – Agir profissional dos Assistentes Sociais, o principal entrave identificado pelas Assistentes Sociais entrevistadas (construção feita a partir da análise das entrevistas no programa MAXQDA)

Através da análise pelo sistema de códigos do MAXQDA entende-se que todos os participantes mostraram um grande interesse e motivação no seu agir profissional em ter proximidade com as populações, fomentam uma boa relação entre profissionais e utentes e tentam diariamente ir de encontro ao que consideram os principais valores da profissão na contemporaneidade, podendo dizer-

se que vão de encontro ao modelo crítico/radical, apesar das muitas dificuldades em fazê-lo. Sendo possível constatar que as principais condicionantes apresentadas por estas na sua atividade profissional diária, são o excesso de trabalho burocrático e tecnocrata de tarefas institucionais .

Este fenómeno é explicado por Amaro (2015), que se refere ao surgimento do modelo crítico como uma fase de progressão, como um momento de afirmação do assistente social enquanto “agente político, com uma intervenção militante ao lado das populações e contra as malhas opressivas da estrutura social, incluindo aqui as próprias instituições sociais. Assim, tendo as entrevistadas consciência ou não do modelo crítico/radical, conseguindo uma menor ou maior proximidade com as populações, as assistentes sociais entrevistadas têm presente no seu agir profissional que o (...) mais importante é que ao longo de toda a intervenção seja valorizada a igualdade e equidade, bem como o respeito pelo cliente e os problemas que o trazem ao serviço (Viscarret, 2007). O objetivo central deste modelo, passa, portanto, pela tentativa de transformações de um conjunto de desigualdades e problemas sociais presentes na sociedade, ao quais as mesmas se afirmam muitas vezes frustradas pelos entraves na intervenção cada vez mais tecnocrata e burocrata, mas mantendo na sua maioria uma análise crítica, tendo consciência que essas tarefas organizacionais as oprimem.

### **3.3. A participação no plano coletivo ou individual da intervenção**

A participação no plano coletivo da intervenção do Serviço Social é uma dimensão política fundamental para o trabalho do assistente social. Isso envolve a atuação em espaços coletivos, como movimentos sociais, conselhos de direitos, fóruns, entre outros, com o objetivo de promover a participação de cidadania, fortalecer a democracia e garantir a efetivação dos direitos sociais (Pereira, 2016).

No entanto, a maioria das entrevistadas considera que a sua participação se centra essencialmente no plano individual (P1, P2, P5, P6, P8, P9), numa intervenção centrada na capacitação da pessoa com deficiência, trabalhando a sua autonomia e autodeterminação.

*“(...) com os destinatários de assistência pessoal também trabalhamos muito de forma individual, porque cada um tem as suas necessidades, cada pessoa pretende coisas diferentes, por exemplo, temos pessoas na universidade, temos pessoas a trabalhar, o nosso público, tentamos que seja sempre assim ativo para que possamos permitir uma vida o mais independente possível” (P6).*

Das entrevistadas, quatro (P3, P4, P7, P10) consideram que a sua intervenção apesar de consistir diariamente num trabalho em que se prioriza a pessoa nas suas aspirações e qualidades específicas, não deixam de se centrar em dois níveis, individual e coletivo.

*“E ao defender uma criança de uma situação de exclusão, estamos a defender todas elas.(...) quando vamos reunir com agrupamentos de escolas e com hospitais, no sentido de informar e de formar a comunidade para a inclusão, para a legislação atual, a capacitação da própria comunidade,*

*fazemos reuniões de uma articulação do caso individual, mas também com uma perspetiva coletiva, ao defender um, ensinamos como deve ser para todos, que seja para todos, não é?” (P3).*

No início do século XXI, a versão da definição adotada pela FIAS, na sua assembleia geral realizada em Montreal, no Canadá, em julho de 2000, e pela AIESS em 2001, torna explícitos os princípios dos direitos humanos e da justiça social, atribuindo-lhes uma importância fundamental. Assim, esta nova definição aprovada em 2014, conduz para além dos princípios de justiça social e dos direitos humanos aponta para a responsabilidade coletiva e pelo respeito pela diversidade (Sousa, 2015).

Por isso, parece pouco consciente na maioria das assistentes sociais entrevistadas a compreensão da responsabilidade coletiva no seu agir profissional, distanciando-as da dimensão política da sua intervenção, (...) “social workers can transform private pain into public issues” (Mendes, 2007).

### **3.4. A Autodeterminação e justiça social como principais pilares do Serviço Social**

As profissionais entrevistadas salientam, na sua maioria, a autodeterminação como estando mais presente na sua intervenção, pela capacitação da pessoa com deficiência, a sua autonomia e dos seus cuidadores. No entanto, todas falam da justiça social como essencial no exercício da sua intervenção. Apesar de terem diferentes interpretações do que é a justiça social colocam-na num patamar de intervenção coletiva e de crítica à sociedade atual, que na sua maioria refere não conseguir atingir na sua intervenção, centrando-se no trabalho mais individual e de tarefas diárias na sua organização (P1, P2, P4, P5, P6, P7, P9, P10).

*“A autodeterminação. Sem dúvida nenhuma, até porque é isso que muitos de nós tentamos trabalhar aqui com as pessoas, que elas tenham direito a escolhas, tenham direito a decidir, tenham direito a ter uma voz e vontade. Na justiça social, temos muito poucas oportunidades para trabalhar esse nível...” (P4).*

*“(...) corresponder à prática profissional mais adequada perante cada situação na sua individualidade é o princípio mais presente, no entanto, tem-se diariamente feito esforço para que a justiça social se destaque mais especificamente nesta área da inclusão em concreto” (P6).*

A entrevistada (P8) exerce a sua atividade numa instituição com regime de internado a pessoas com deficiência e apesar de falar em autodeterminação, fala de forma crítica e preocupada com o regime de internato, apresentando a autodeterminação, mas também a justiça social como os dois pilares fundamentais na sua intervenção, revelando análise crítica da sua própria organização.

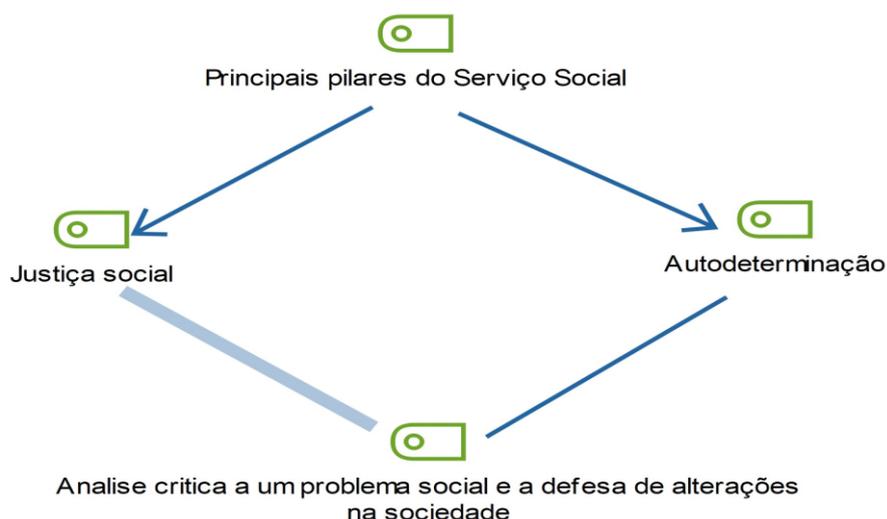
*“Nós, como já disse, estamos num contexto institucional. As miúdas vivem aqui, algumas delas, há 50 anos sabemos que não vem de encontro às mudanças metodológicas na área da deficiência. Em*

contexto institucional, seja como for, as pessoas perdem competências sociais. Um dos nossos principais objetivos, não só do serviço social, mas de todas as áreas, é a autodeterminação” (P8).

A Entrevistada (P3) que exerce a sua atividade na Intervenção Precoce na Infância considera que os dois pilares estão ao mesmo nível na sua intervenção.

“(…) considero que tenho estes dois pilares bastante assentes na minha intervenção como assistente social. Eu até acho que o que eu levo de novo à minha equipa como única assistente social numa equipa multidisciplinar, muitas vezes, é a inquietação de não aceitar as injustiças e de ver a situação de forma interseccional. Ou seja, muitas vezes muitas coisas correm sempre mal, existem pessoas em grande situação de desvantagem e exclusão e as respostas são dadas sempre da mesma forma e nós profissionais não podemos ficar indiferentes” (P3).

Através da análise pelo sistema de códigos do MAXQDA foi possível construir a **Figura 2**, onde é possível verificar que tendo como os dois principais pilares do Serviço Social a autodeterminação e justiça social, aquela que influencia mais fortemente a análise crítica a um problema social e a defesa de alterações na sociedade é a justiça social. Perfilhando uma leitura da justiça social e da igualdade não só em termos económicos, mas também em termos de reconhecimento social e de respeito, esta abordagem, na medida em que aborda a injustiça cultural ou simbólica, que ocorre de forma invisível, também nas interações da vida quotidiana, reveste-se de particular interesse no âmbito da reflexão sobre as práticas profissionais dos assistentes sociais (Fraser, 2009).



**Figura 2**– Os principais pilares do Serviço Social – Justiça Social e Autodeterminação, a justiça social como fator mais forte de análise crítica a um problema social (construção feita a partir da análise das entrevistas no programa MAXQDA)

Assim, foi possível ao investigador através das respostas das entrevistadas, concluir que a maioria das entrevistadas não prioriza a justiça social como pilar da sua intervenção, reconhecendo a sua importância, não conseguem, na sua grande maioria, apresentar uma análise crítica a um problema

social de forma veemente, afastando-as de uma das características fundamentais da dimensão política do Serviço Social.

Todavia, podemos afirmar que ao promover a autodeterminação da pessoa, o assistente social também está a intervir numa causa coletiva. O assistente social deve ter consciente o estar comprometido com a promoção da justiça social e da equidade. Isso implica trabalhar para a eliminação de todas as formas de discriminação, desigualdade e exclusão social, e buscar a garantia dos direitos humanos de todos os indivíduos (Mota, 2009). As grandes mudanças de modelos de intervenção na área de deficiência e movimentos sociais, que levaram a alterações nas políticas públicas na área da deficiência surgiram do movimento de vida independente, com o lema “Nada sobre nós, sem nós”, em que o principal objetivo é dar voz à própria pessoa com deficiência nesse processo de criação de conhecimento e de prática política de causa coletiva, no entanto, a maioria das entrevistadas não faz essa reflexão de forma criteriosa.

### **3.5. Políticas Públicas e Bem-Estar Social- Satisfação ou descrédito das instituições públicas**

O assistente social deve analisar as políticas sociais existentes, identificar lacunas e limitações, e propor intervenções que visem a melhoria das condições de vida das pessoas. Isso pode incluir a participação em debates, formulação de propostas, pressão por mudanças e implementação de programas sociais (Almeida & Araújo, 2016).

Quanto às atuais políticas públicas, a maioria das entrevistadas *“considera que estas têm sido bem pensadas, bem redigidas, mas depois, a nível da sua própria execução, têm diversas falhas...”* A maioria responde mesmo que não vão de encontro às reais necessidades dos destinatários por diferentes razões, *“(...) não serem avaliadas recorrentemente, ou seja, não existe uma avaliação periódica de muitas das políticas públicas (...)”* (P3) ou, *“o exemplo do CACI, está muito bem pensado, mas tem muitas lacunas e às vezes a gente ainda pensa “quem é que eles ouviram para criar esta legislação?” falha aqui tanta coisa. O que está lá não está mal. Eu considero que o que está lá está bem. Mas falta tanta coisa porque a deficiência não é só aquilo”* (P10).

Assim, as entrevistadas (P3, P4, P5, P7, P8, P9, P10), encontram-se bastante descontentes com as políticas públicas atuais, tanto para a área da deficiência como para outras questões relacionadas com a justiça social.

*“As políticas públicas infelizmente não vão ao encontro às necessidades. Se fossem ao encontro das necessidades específicas destas meninas que eu aqui tenho, se calhar grande parte delas não estaria institucionalizada, estaria em casa. Porque seria dar possibilidade às famílias de conseguirem mantê-las financeiramente em sua casa”* (P8).

*“Eu considero a intervenção precoce na infância uma excelente política pública e acho que o problema tem sido não ajustar às próprias necessidades, (...) é uma grande frustração sentir que elas são bem pensadas, mas depois a nível da sua execução têm diversas falhas” (P3).*

*“(...) estamos longe de termos as respostas que se deveriam ter. Eu vejo aqui no CACI, eu recebo pessoas todos os dias para fazerem inscrições que daqui a dois, três, quatro, cinco meses não vão ter resposta para os seus familiares. Isto quer dizer que a sociedade ou quem manda não está a cumprir o que devia” (P9).*

As entrevistadas (P1, P2 e P6), apesar de considerarem aspetos a melhorar na execução das políticas públicas consideram que já existiu um grande caminho e uma evolução.

*“Sim. Claro que sim. Temos de evoluir. Se é o suficiente, não, mas isso também faz parte do caminho. Nós damos um passo e depois apercebemos que, ah, mas esquecemos disto, disto e disto. Então temos de dar mais um passo. Portanto, claro que sim, concordo. Se é suficiente? Em algumas situações sim, outras não” (P2).*

Tendo em conta as respostas das entrevistadas, podemos considerar que existe alguma falta de confiança nas instituições públicas, principalmente as que formulam e avaliam as políticas públicas. Contudo, é importante referir que a falta de confiança no poder legislativo não impede, necessariamente, os assistentes sociais de procurarem influenciar a produção das políticas sociais, mas poderá indiciar que, não confiando nas instituições, esta dimensão de atividade profissional, é pouco explorada (Carrilho e Branco, 2018).

### **3.6. Condicionamentos à prática política dos assistentes sociais**

A participação política (em sentido lato), pode funcionar como motivador para o envolvimento da prática profissional orientada para as políticas sociais, sendo mais provável que o assistente social que tem experiência de participação política (em partidos, campanhas, movimentos sociais) esteja mais desperto para atuar no sentido de influenciar o campo das políticas sociais enquanto profissional (Carrilho e Branco, 2018).

Segundo Lustig-Gants e Weiss-Gal (2015), para a prática política devem considerar-se os seguintes elementos que condicionam a prática política dos assistentes sociais: A oportunidade que diz respeito ao grau de acessibilidade dos assistentes sociais às instituições que formulam as políticas, de modo a influenciar a sua conceção ou reformulação; A facilitação, que se refere ao espaço profissional do assistente social que pode, ou não, permitir e encorajar a prática política, bem como à influência do assistente social na sua organização; A motivação é individual e influenciada por fatores internos (valores, capacidades, perceções e características do assistente social) e externos (ambiente profissional).

### **3.6.1. Acessibilidade às instituições**

Quanto à oportunidade de acesso a instituições que formulam políticas públicas de forma a influenciar a sua conceção ou reformulação, a maioria das entrevistadas considera ser mais difícil o seu acesso, mas já teve essa oportunidade de forma indireta e pontual, mesmo não tendo feito muitas vezes (P2, P3, P4, P5, P7, P8, P9, P10), tendo tido comunicação de diferentes formas: por federações ou associações que os representam (P4, P5, P8); pela proximidade a um partido político, enviando documentos com queixas e sugestões para Comissões Parlamentares da Assembleia da República (P3); fazer parte de um projeto piloto, contribuindo para que este passe a ser uma nova política pública na área da deficiência (P6, P7); através da participação em Rede Social CLAS (P2), contribuindo para políticas locais; através da criação de uma nova federação de famílias que tem estado em todas as consultas públicas sobre nova política pública sobre saúde mental (P8).

*“Em dezembro de 2014, a Segurança Social acabou com os escalões e disse às instituições que a partir daquela altura os valores das comparticipações do CAO iam ser calculados de outra forma, quando começámos a fazer os cálculos, ficamos em choque, famílias que pagavam 100 euros e começavam a pagar 500 euros. (...) foi isto que o Serviço Social da nossa organização fez, entregámos uma reclamação à direção. (...) que entregou por sua vez juntamente com outras instituições à FENACERCI. Tendo sido a confederação que reuniu na comissão dos assuntos sociais na Assembleia da República, expondo as reclamações das associadas” (P5).*

Todas as entrevistadas passaram um sentimento comum que *“ainda poderíamos participar muito mais, o trabalho vai se acumulando e vai se atropelando e vai nos retirando tempo importante de podermos trabalhar mais sobre essas políticas. Portanto, contribuindo muito mais com o nosso “know how”, daquilo que nós sabemos aqui da prática. Estamos sempre à espera de que nos peçam. E às vezes não temos de estar à espera que peçam” (P4).*

Das entrevistadas, duas consideram que ainda não tiveram oportunidade de acesso a alguma instituição pública, por forma a influenciar as políticas públicas (P1, P6). De salientar, que estas duas assistentes sociais são as mais jovens entrevistadas e trabalham há pouco mais de um ano nas suas organizações na área da deficiência.

### **3.6.2. Facilitadores da prática política da organização**

Quanto à facilidade de influenciar os procedimentos da organização onde estão inseridas, é possível verificar diferentes níveis, três das entrevistadas, mais distantes da direção da organização (P1, P6, P7), qualquer alteração necessita de uma exposição mais formal para quem nem sempre está disponível para mudanças, não existindo um convívio diário das assistentes sociais com os seus superiores hierárquicos; quatro das entrevistadas consideram que o próprio Conselho de Administração das organizações as convoca para participar em discussões sobre a construção e alteração de

procedimentos internos, sentindo grande autonomia e flexibilidade na sua intervenção diária (P2, P3, P4, P5); cinco das entrevistadas têm cargos de direção técnica e pertencem ao Conselho de Administração das suas organizações, o que lhes dá uma grande facilidade na participação e tomadas de decisão dentro da própria organização (P3, P7, P8, P9, P10).

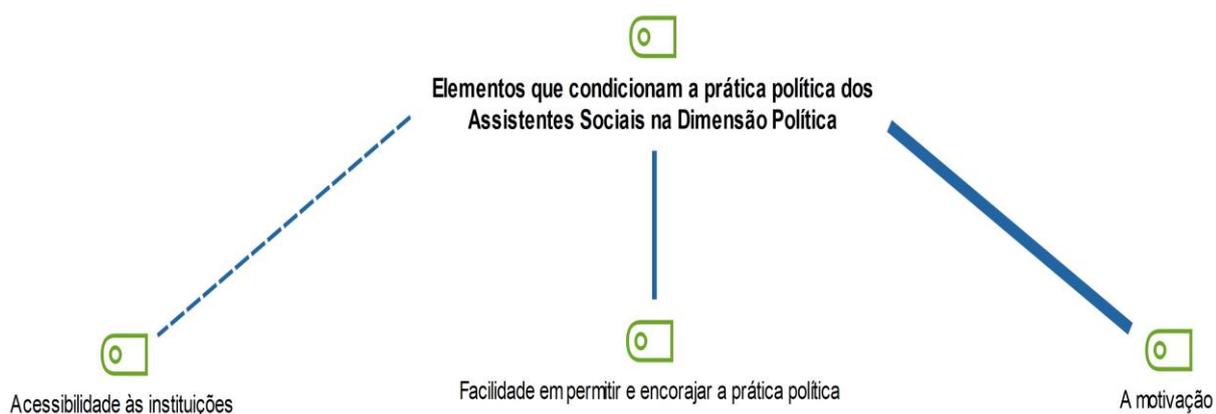
*“(...) eu acho que estou num oásis em termos de entidades da área e acho que temos uma organização muito aberta, muito de procurar soluções com as pessoas todas, incentivando que participem naquilo que é a essência desta entidade, daquilo que nós pretendemos fazer. E, portanto, nós participamos, nós temos um grupo da mudança em que participamos exatamente em todos os processos que se criam, em todos os projetos que se criam de novo” (P4).*

*“(...) eu acho que, assim, assim, aqui na X até há abertura para isso. Bom, nem sempre, mas acho que há alguma abertura, sim. Portanto, diria que... médio, vá. médio bom” (P7).*

### 3.6.3. A motivação

Todas as entrevistadas consideraram-se motivadas para influenciar na formulação ou reformulação de políticas sociais ou de influenciar procedimentos na organização em que estão inseridas. Contudo, nem todas se consideram suficientemente capacitadas para o fazer (P1, P6), *“(...) motivada sim, mas considero que deveria ter maior conhecimento das políticas públicas. De todo o que não é o meu forte e lá está. Como eu estava muito atrás na área da deficiência. Eu considero que podia aprender e ter mais conhecimento sobre a área, sim” (P1).*

*“Sim. Considero-me motivada e com conhecimento. Acho que vou adquirindo a cada dia e nas formações que faço. E acho que a associação preocupa-se com isso. Em dotar os seus colaboradores de conhecimento, dando aqui a oportunidade também de se formarem” (P7).*



**Figura 3**– Elementos que condicionam a Prática Política dos Assistentes Sociais na Dimensão Política–(construção feita a partir da análise das entrevistas no programa MAXQDA)

Através da análise pelo sistema de códigos do MAXQDA foi construída a **Figura 3** que apresenta uma análise dos elementos que condicionam a prática política dos assistentes sociais, foi possível

perceber que a motivação foi considerada pela maioria das assistentes sociais entrevistadas como algo presente no seu dia a dia e considerando esta como fundamental para mudar procedimentos na sua instituição ou para poder influenciar políticas públicas. A maioria também considera que tem facilidade em alterar procedimentos internos, contudo, não sentem o mesmo quanto ao acesso a orientar ou influenciar na criação ou reestruturação de políticas públicas, não procurando ou sentindo mais dificuldades no acesso às instituições externas.

### **3.7. Prática política - Atividades da prática política**

A participação dos cidadãos na prática política vai para além da sua consulta num problema pré-definido. Há que envolver as pessoas na definição do problema, nos seus próprios termos, desenvolver alternativas às respostas políticas existentes e na avaliação das políticas que os afetam (Healey, 2012).

Assim, segundo Healey (2012) as ações do assistente social no âmbito da prática política serão as seguintes:

- aconselhar ou fazer lobbying em relação a assuntos políticos;
- *advocacy*;
- analisar um problema social ou de política social ao nível organizacional, local ou governamental;
- testemunhar em grupos parlamentares;
- participar ativamente em esforços para alterar as políticas legislativas ou organizacionais (ex: processos de consulta pública);
- transmitir informações sobre políticas sociais aos utilizadores dos serviços e estimular a sua participação no desenho das políticas que os afetam;
- envolver as diferentes partes interessadas no diagnóstico social;
- facilitar o encontro entre decisores políticos e utilizadores de serviços;
- trabalhar no desenho, implementação e avaliação das políticas sociais.

#### **3.7.1. Motivação para a auto-organização dos sujeitos**

O assistente social pode atuar em parceria com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, contribuindo para a mobilização e organização da população em torno de causas coletivas. Isso inclui a participação em assembleias, reuniões, manifestações e outras formas de ação coletiva. O assistente social pode criar e facilitar espaços de diálogo e debates com a comunidade, visando promover a participação ativa e a construção coletiva de soluções para os problemas sociais. Esses espaços podem ser realizados por meio de grupos de discussão, audiências públicas, fóruns comunitários, entre outras ações públicas (Pereira, 2016).

A promoção de Grupos de Autorrepresentastes, Grupos de Pais e a promoção de pessoas com deficiência nas direções das organizações, foi o mais citado pelas entrevistadas (P2; P4; P5; P8; P9; 10).

*“(...) aqui na X, foi uma das primeiras associações a ter na composição dos seus órgãos sociais pessoas com autismo. (...) acho que está muito presente aqui no ADN da associação” (P7).*

Apenas uma das entrevistadas(P6) refere apoiar e ser elemento de apoio e motivação para a manifestação da vida independente apoiando e agilizando a participação das pessoas na manifestação “nada sobre nós sem nós” que decorreu na Avenida da Liberdade, este ano de 2023.

*“Quanto a manifestações, aqui há pouco tempo, combinámos aqui na nossa sede, quem pudesse vir para fazermos cartazes para uma manifestação que depois se veio a realizar. E foram eles próprios, que se auto organizaram com a nossa motivação e com a nossa ajuda “(P6).*

E uma das entrevistadas (P3), afirma articular com vários movimentos sociais e organizações da sociedade civil, motivando as famílias de pessoas com deficiência a denunciarem situações de exclusão social, procurando apoio nestes movimentos da sociedade civil.

*“Eu acho que, por exemplo, se nós conseguíssemos motivar os pais, forem eles próprios a reclamar, eles próprios a exigir o que é preciso, teríamos muito mais força (...), no passado já aconteceu ser um grupo de pais que se deslocou à Assembleia da República em protesto, numa altura em que havia o risco de deixar de existir intervenção precoce na infância, foram apoiados pelos profissionais das equipas para se auto-organizarem” (P3).*

A participação dos cidadãos na prática política vai para além da sua consulta num problema pré-definido. Há que envolver as pessoas na definição do problema, nos seus próprios termos, desenvolver alternativas às respostas políticas existentes e na avaliação das políticas que os afetam (Healy, 2012).

Existe a consciência de parte das entrevistadas da importância das pessoas se autorrepresentarem na resolução dos seus problemas e que juntas terão muito mais força. E afirmam mais uma vez que a rotina do dia-a-dia e as funções administrativas, mais burocráticas afastam-nas desta dimensão do seu trabalho. Das assistentes sociais entrevistadas, muitas relatam projetos do passado relacionados com a *Self Advocacy* que se extinguíram por falta de tempo para a sua dinamização.

### **3.7.2. Atividades de Representação e Advocacy dos sujeitos**

No decorrer das entrevistas quanto às atividades de Representação e *Advocacy*, o investigador precisou de reformular algumas vezes esta pergunta, usando alguns exemplos, pois, nem todas as profissionais entrevistadas, compreenderam o que se pretendia.

É possível perceber que todas procuram defender os direitos e interesses da população atendida, tendo, no entanto, pouco presente a conceptualização de algumas atividades que até já executam ou já executaram na sua atividade profissional.

*“De advocacia ou de representação? De que forma não sei, mas parece extremamente relevante. Infelizmente não tenho conhecimento relativamente a esse assunto” (P1).*

*“Articulamos com outras organizações, penso ser a melhor forma que temos para conseguir representar” (P6).*

A maioria considera que a articulação com os parceiros num trabalho colaborativo na comunidade no sentido de fazer “valer” os direitos da pessoa com deficiência e sua família, a forma de representação e *advocacy* mais presente na sua atividade profissional (P2,P3,P4,P5,P6,P7,P8).

Das entrevistadas, três (P2, P5, P9), ao referirem a representação da pessoa pelo assistente social, têm algum receio de existir “substituição” à pessoa, considerando o acompanhamento de pessoas a consultas ou serviços como um último recurso na intervenção.

*“Acontece com os nossos utentes que lamentavelmente não têm ninguém, até pode depender da família, mas têm famílias que não conseguem alguém que os defenda” (P5).*

Das entrevistadas (P3; P4; P7; P8; P10) na sua atividade têm consciente a representação na sua atividade profissional.

*“Inclui no sentido em que tentamos defender sempre os interesses dos nossos destinatários, seja perante quem for. Inclusive às vezes temos de representar perante a família. Às vezes as famílias acabam por ser aqui um bocadinho uma barreira à inclusão e à autonomia dos destinatários” (P7).*

*“(…) é necessário fazê-lo com muito cuidado e com muito respeito para que não seja capacitismo. Tenho sempre presente a defesa dos direitos do outro no meu dia-a-dia, digo advocacy, incluo-a na minha prática, pois, nem sempre a pessoa com deficiência consegue valer os seus direitos na sociedade, mais especificamente muitas vezes em questões relacionadas com a saúde” (P3).*

Das entrevistadas, duas (P3; P7), referem também que participam em grupos específicos na área da deficiência nas redes sociais e escrevem alguns textos no sentido de informar e defender os direitos das pessoas com deficiência.

*Advocacy* para pessoas com deficiência envolve trabalhar em várias dimensões, incluindo desempenhar um papel fundamental na promoção dos direitos e no bem-estar das pessoas com deficiência. O assistente social deve ajudar a identificar as necessidades específicas das pessoas com deficiência e fornecer suporte para que elas tenham acesso a serviços e recursos adequados. Isso pode incluir auxílio na obtenção de benefícios sociais, encaminhamento para serviços de saúde e reabilitação, apoio emocional e aconselhamento, entre outras formas de assistência (Pinto, 2015). Em suma, a maioria das entrevistadas aparentam não estar seguras sobre o significado de *advocacy* e de

*self-advocacy* na intervenção social, mesmo realizando ações de representação das populações acompanhadas, é perceptível que não existe uma consciência segura de que estas ações são basilares nos princípios da profissão.

### **3.7.3. Investigação e disseminação**

A maioria das profissionais entrevistadas considera importante a investigação e publicação na área da deficiência, contudo, todas afirmam não ter disponibilidade ou neste momento não terem a possibilidade de o fazer. Apesar de a maioria investir em formação na área de intervenção em que exercem a sua atividade profissional, com diferentes pós-graduações ou outras formações, apenas duas das entrevistadas realizou mestrado em Serviço Social, tendo ambas realizado a tese na área da deficiência.

*“Eu acho que a prática do dia a dia tira muita energia, muita força aos profissionais, para estes perceberem que esta também será uma forma de trabalho no sentido de nos capacitar e orientar na nossa prática e saber denunciar as dificuldades bem fundamentadas” (P3).*

*“Olha, esta é uma área que realmente tem falhado na minha prática. Logo no início ainda fiz alguma investigação, mas depois, entretanto, com o acumular de tarefas, (...) vou só participando nas solicitações que me são feitas ao nível da investigação e gosto muito de participar nestas investigações que me vão propondo” (P8).* É de salientar que a maioria das entrevistadas, oito (P2; P3; P4; P5; P6; P7; P8; P10) participam em estudos, orientam estágios curriculares e quando lhes é solicitado também disponibilizam dados estatísticos para universidades ou outros órgãos públicos, em estudos na área da deficiência. Das profissionais entrevistadas, (P10) refere mesmo que a sua organização atribui um prémio para quem realiza estudos na área da deficiência *“(...)nós temos um prémio, que é o prémio X, que vai ser entregue este ano a 14 de dezembro, e tentamos sempre promover este prémio através das faculdades, portanto estamos muito próximos, quer seja através de estágios, participarmos em dissertações, em estudos de caso, portanto sim, tentamos promover através da parceria com as faculdades” (P10).*

A dimensão política do trabalho do assistente social envolve a defesa dos direitos das pessoas e a promoção da equidade. Para isso, é essencial ter acesso ao conhecimento científico atualizado, que proporciona base teórica e prática para a atuação política. O conhecimento científico desempenha um papel crucial na dimensão política do trabalho do assistente social, permitindo uma atuação mais informada, eficaz e embasada em evidências (Sousa, 2017). É possível verificar que para as assistentes sociais entrevistadas é uma área que valorizam, mas que não têm feito na sua maioria esse investimento, o que lhes retira confiança na prática política.

### 3.7.4. Participação em Consultas Públicas e Discussões Públicas

A participação em consultas públicas e discussões públicas é para todas as profissionais entrevistadas algo considerado muito importante na sua intervenção. Contudo, todas afirmam que poderiam fazer muito mais, algumas porque não sabem como fazê-lo (P1, P6), outras por falta de tempo por demasiadas tarefas diárias exercidas na sua organização (P2, P5, P7, P8, P9), uma das entrevistadas por considerar que pelo fato de não pertencer a nenhuma federação da área da deficiência lhe dá menos capacidade de influência para fazê-lo (P10).

*“Olha, aqui na X, nós, bom, se calhar poderíamos fazer um bocadinho mais, mas como nós não pertencemos a nenhuma confederação, acabamos por fazer as coisas um bocadinho mais isoladas e com menos visibilidade”* (P10).

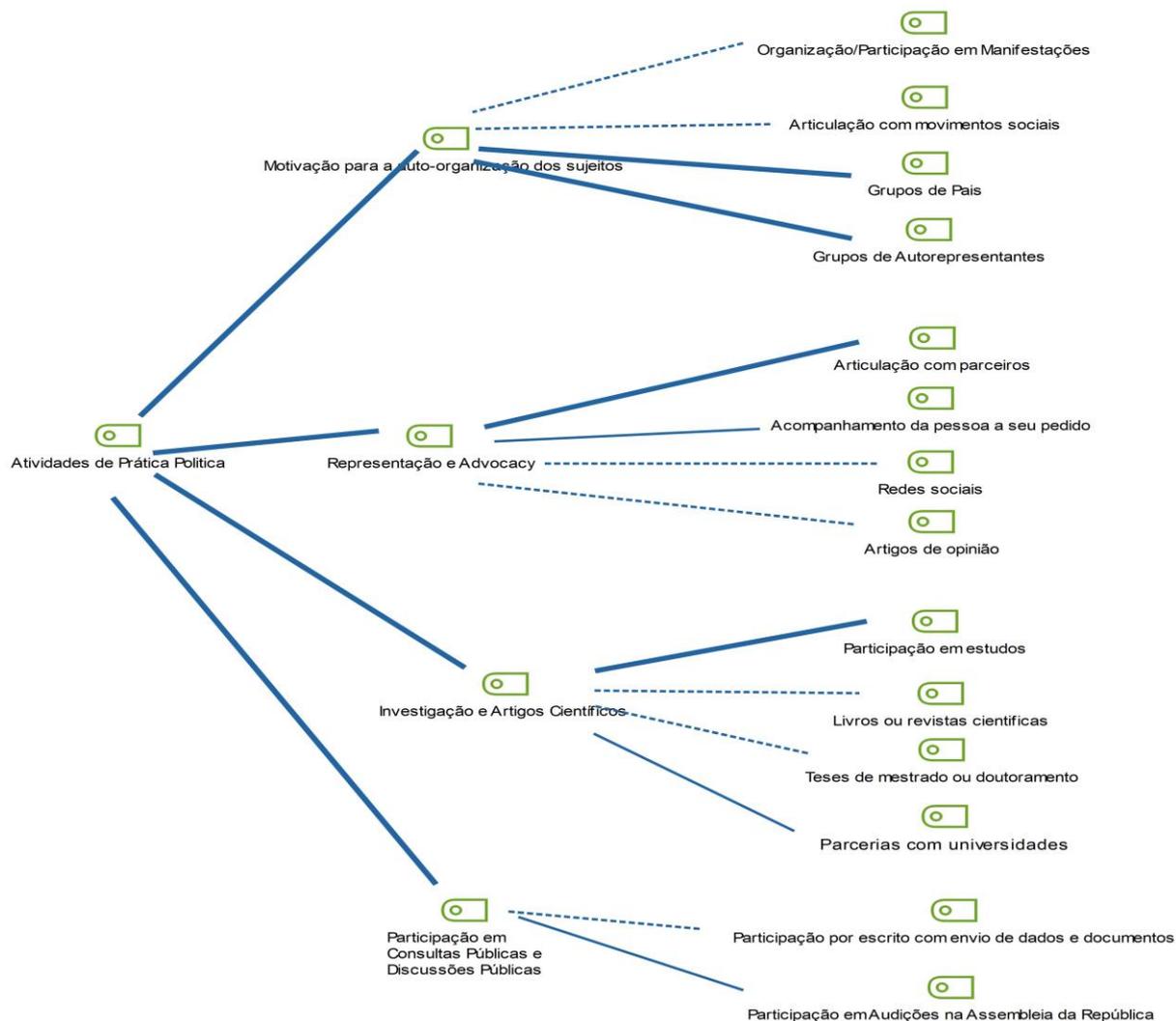
Assim, quanto à participação em audições públicas na assembleia da república apenas três das entrevistadas estiveram presentes em alguma cuja temática fosse relacionada com a sua atividade profissional (P2; P3; P5).

*“(...) estive presente com outros profissionais da minha equipa em três audições na Assembleia da República, uma sobre a alteração da legislação da educação especial 3/2008, outra já sobre o decreto-lei educação inclusiva 54/2018 e uma última sobre o Cuidador Informal em que acompanhei um cuidador de uma criança com deficiência. Tento sempre incentivar toda a equipa em participar”* (P3).

Uma das entrevistadas (P4) refere também que um partido político com assento na Assembleia da República, já solicitou à sua organização dados estatísticos e pediu um documento escrito onde referissem as principais dificuldades que enfrentam na sua atividade(P2). A participação em consultas públicas e discussões públicas é uma prática política importante para o assistente social. Estas oportunidades permitem que o assistente social contribua ativamente na formulação de políticas públicas e na tomada de decisões que afetam diretamente a vida das pessoas e das comunidades (Sousa, 2017).

Através da análise pelo sistema de códigos do MAXQDA foi possível construir a **Figura 4**, onde é possível identificar algumas atividades de prática política consideradas com maior relevância pelas assistentes sociais entrevistadas e compreender a dinâmica existente. A criação de grupos de pais; grupos de autorrepresentastes; a participação em estudos de universidades; a articulação e sensibilização de parceiros e participação em audições ou consultas públicas, são algumas das práticas políticas mais referidas. Contudo, foi referido na generalidade como algo secundário na sua atividade profissional diária. Em suma, o investigador consegue concluir que existe uma reduzida consciência da importância de algumas das atividades de prática política até já desempenhadas, pois, estas são

realizadas com pouca regularidade, revelando um reduzido entendimento da importância das mesmas nas suas funções como assistente social, pela forma como estas não são prioritizadas na sua intervenção.



**Figura 4** – Atividades de prática política identificadas pelas assistentes sociais entrevistadas (construção feita a partir da análise das entrevistas no programa MAXQDA).

### 3.8. Deficiência e Direitos Humanos

Neste contexto, quanto à CDPD das Nações Unidas e a ENIPD e outros instrumentos legais, a maioria das entrevistadas consideram que estas orientam a sua intervenção e que tiveram um impacto na sua intervenção (P1; P2; P3; P4; P5; P6; P7; P10).

*“No nosso trabalho, eu julgo que elas quase de uma forma empírica, sem nos apercebermos estão lá presentes em todos os momentos do nosso trabalho, contudo, eu acho que de facto, de vez em quando, devíamos parar e olhar para a convenção, ler e reler outra vez e perceber, “estamos realmente a cumprir com isto?” (P4).*

Com exceção de uma das entrevistadas, que considera que *“só devia existir uma coisa que são os direitos humanos, ponto (...). Direitos humanos são humanos, a pessoa com deficiência é humana, não é? (...) Sim, essas leis ou convenções, ou seja, o que for mais específica. De que forma é que influencia? Se houve mudanças desde a convenção, se elas alteraram as políticas públicas? Eu acho que depois da convenção está muita coisa no papel, na teoria, eu acho que há muita coisa, na prática não vejo assim muita diferença”* (P9).

Assim, a percepção geral nesta questão, é de que as assistentes sociais ao expressarem a sua opinião quanto ao impacto que a Convenção das Direitos das Pessoas com deficiência (CDPD) nas atuais políticas públicas para a pessoa com deficiência em Portugal, estas revelam algum desconhecimento sobre os modelos de intervenção, pois, apesar de afirmarem que estas orientam a sua intervenção, não fazem qualquer referência à questão metodológica de mudança de paradigma na área da deficiência. Os modelos social e biopsicossocial surgem, como modelos de abordagem à deficiência enquadrados com os direitos humanos, sendo por isso, também chamados de *“modelo de direitos fundamentais”*, em que o principal objetivo é construir uma sociedade de plena integração e para o qual as diferenças são tão preciosas (Moreira, 2019).

Desta forma, para o investigador surge a seguinte questão: **Será possível defender a autodeterminação da pessoa com deficiência sem acompanhar a mudança de paradigma na área da deficiência e o impacto da mesma nas políticas públicas?**

### **3.9. Desafios do assistente social na área da deficiência na contemporaneidade**

Na contemporaneidade, os assistentes sociais que atuam na área da deficiência enfrentam muitos desafios que tornam mais difícil a efetivação dos direitos humanos da pessoa com deficiência para garantir a autodeterminação e vida independente da pessoa com deficiência (Pinto, 2015).

Das profissionais entrevistadas estas referiram por mais vezes o estigma e a discriminação como principal desafio, relatando da sua prática, que as pessoas com deficiência ainda enfrentam grandes estigmas e preconceitos na sociedade (P1; P3; P4; P5; P8; P9; P10).

*“Acho que há ainda muito preconceito, muito preconceito mesmo, ainda existe muito desconhecimento das capacidades de uma pessoa com deficiência”* (P1).

Também mencionaram o acesso a direitos, como uma das dificuldades em garantir o acesso pleno aos direitos das pessoas com deficiência, como o acesso à educação inclusiva, ao trabalho e emprego, à saúde, à acessibilidade arquitetónica, entre outros (P1; P3; P4; P5; P8; P10).

*“Infelizmente, ainda é muito recorrente ouvir professores ou diretores de equipamentos a dizer” Ah, não é por uma criança que vamos mudar a sala toda.” O acesso aos direitos ainda é uma luta diária “(P3).*

Outro desafio referido é a articulação em rede, uma vez que a atuação na área da deficiência exige uma ampla articulação com outros atores sociais. Nesta questão, algumas entrevistadas voltam a apresentar o excesso de trabalho burocrático e tecnocrata do assistente social como dificuldade na concretização de parcerias efetivas e fortalecer a rede de apoio (P5; P6; P7; P9), em que se prioriza muitas vezes a tecnologia e o simples cumprimento de *check-lists* em detrimento de um trabalho de proximidade com as populações, incluindo os parceiros e recursos da comunidade.

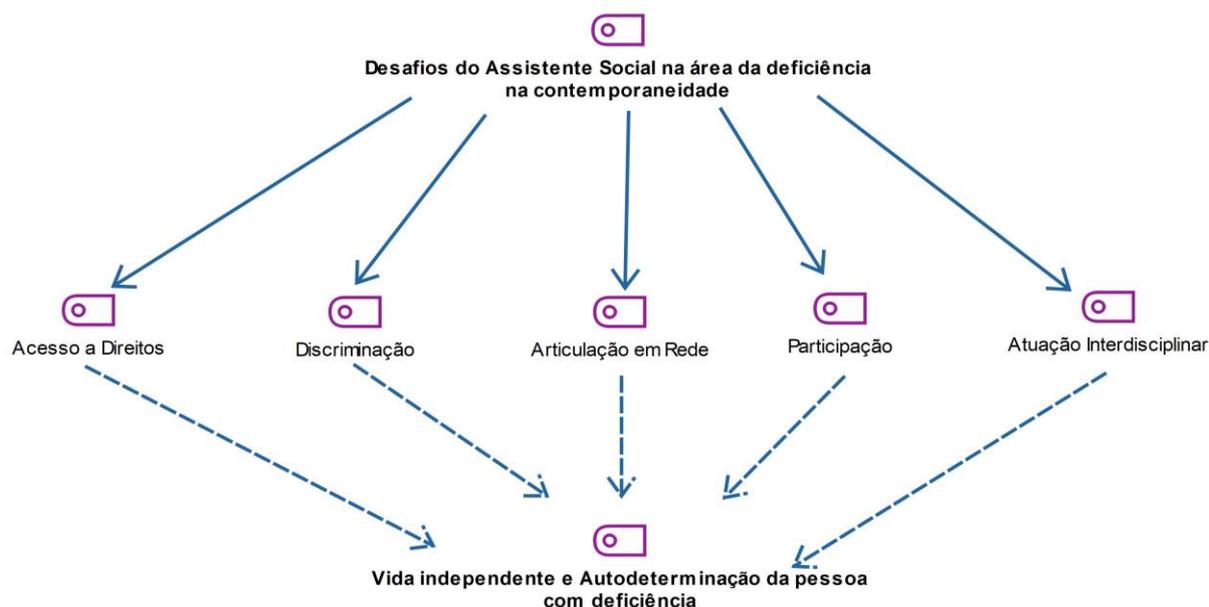
*“(...) de que forma é que as instituições e os corpos técnicos das instituições podem potenciar essa necessidade ou podem concretizar esse desejo às pessoas que aqui vivem. E esse é o principal desafio e também a principal dificuldade. É a nossa insistência, a nossa luta em conseguir pôr lá para fora o maior número possível de jovens que aqui vivem, só mesmo com uma grande articulação na comunidade, (...), articular com a comunidade exige muito tempo, trabalho” (P8).*

A participação ativa e efetiva das pessoas com deficiência é também referida pelas entrevistadas como fundamental para garantir que as vozes das pessoas com deficiência sejam ouvidas e consideradas (P3; P5; P7; P10). Para isso é necessário capacitar a pessoa com deficiência, ou as famílias das pessoas com deficiência para o *self advocacy*, em que a própria pessoa se autorrepresenta e luta pelos seus direitos. Para isso, os próprios profissionais têm de compreender os conceitos de *advocacy* e *self advocacy* e reconhecer a importância das pessoas com deficiência na promoção dos seus próprios direitos. Das entrevistadas apenas duas (P3 e P7), abordam o tema da autorrepresentação de forma mais segura e afirmativa como linha condutora na sua intervenção com a pessoa com deficiência ou suas famílias.

*“(...) as pessoas com deficiência deveriam integrar cargos de direção de organizações porque este processo de mudança seria mais participado na primeira pessoa, mas sinto que os próprios profissionais ainda não estão motivados para essa mesma capacitação da pessoa com deficiência, ainda vou a muitos seminários sobre a temática em que não estão presentes pessoas com deficiência a participar como oradores nos painéis” (P7).*

A abordagem da deficiência requer também uma atuação interdisciplinar, *“(...) na intervenção precoce vamos ao encontro do desafio de promover uma prática integrada e colaborativa, que valorize o trabalho em equipa e o compartilhamento de conhecimentos, envolvendo profissionais de diferentes áreas, como saúde, educação e segurança social, num trabalho de metodologia transdisciplinar, mas não é o que acontece na maioria das respostas para a área da deficiência” (P2).*

A CDPD em 2006 representa um momento histórico na luta das pessoas com deficiência por direitos e reconhecimento social. Esta conquista, no entanto, está longe de estar concluída. Os direitos não nos são dados, mas conquistados, e precisam de ser constantemente protegidos (Pinto, 2015).



**Figura 5** – Desafios do assistente social na área da deficiência na contemporaneidade identificados pelas assistentes sociais entrevistadas que condicionam a Vida independente e a autodeterminação da pessoa com deficiência (construção feita a partir da análise das entrevistas no programa MAXQDA)

Na análise da **Figura 5**, é possível verificar que as entrevistadas na sua maioria, apresentam uma análise crítica quanto à sociedade atual e apresentam o que consideram como principais dificuldades para a plena inclusão da pessoa com deficiência, mencionando na sua generalidade pelo menos cinco dimensões (acesso a direitos; discriminação; articulação em rede; participação; atuação interdisciplinar) que atentam à vida independente e autodeterminação da pessoa com deficiência.

É urgente promover a sensibilização sobre as formas de indignidade humana e discriminação com base na deficiência e contribuir para ampliar a teoria e prática dos direitos humanos, de modo a permitir uma mais adequada resposta das políticas públicas às questões que ameaçam a dignidade e qualidade de vida das pessoas com deficiência em Portugal (Pinto, 2015).

## Conclusão

Assim, como ressalta Santos (2010), as pesquisas são processos contínuos e dinâmicos, onde cada resposta traz consigo novas perguntas a serem exploradas. Embora inacabadas, essas investigações possibilitam alcançar os objetivos previamente estabelecidos, fornecendo respostas valiosas para a compreensão do tema em questão. É por isso, possível dizer que, no presente estudo, o investigador conseguiu através da análise e discussão dos resultados, conhecer e compreender as diversas dimensões apresentadas no quadro teórico construído e obter respostas aos objetivos – geral e específicos que foram inicialmente definidos.

Quanto ao **objetivo específico 1** - *Compreender de que forma o agir profissional dos assistentes sociais entrevistados é orientado pelo modelo crítico/radical*. Pode dizer-se que apesar de todas as

participantes mostrarem um grande interesse e motivação para que o seu agir profissional seja efetivamente próximo das populações, indo ao encontro do modelo de intervenção crítico/radical, existe, por consonância um grande obstáculo para que a intervenção não seja de maior proximidade: o excesso de trabalho burocrático. Quanto ao **objetivo específico 2** - *Conhecer a participação das assistentes sociais no plano coletivo da intervenção no Serviço Social*. A maioria das entrevistadas prioriza o plano individual da intervenção, tendo pouco consciente a compreensão da responsabilidade coletiva no seu agir profissional, distanciando-as da dimensão política da sua intervenção, (...) “social workers can transform private pain into public issues” (Mendes, 2007). Quanto ao **objetivo específico 3** - *Compreender de que forma as assistentes sociais se posicionam quanto aos principais pilares do Serviço Social - a autodeterminação e justiça social*. Foi possível ao investigador, concluir que a maioria das entrevistadas não prioriza a justiça social como pilar da sua intervenção, reconhecendo, no entanto, a sua importância, admitem dificuldades em apresentar uma análise crítica a um problema social de forma veemente, afastando-as de uma das características fundamentais da dimensão política do Serviço Social. O assistente social deve estar comprometido com a promoção da justiça social e da equidade. Isso implica trabalhar para a eliminação de todas as formas de discriminação, desigualdade e exclusão social, e buscar a garantia dos direitos humanos de todos os indivíduos (Mota, 2009). Quanto ao **objetivo específico 4** - *Conhecer a satisfação ou descredito dos assistentes sociais face às políticas públicas e bem-estar*. Existe da parte das profissionais entrevistadas alguma falta de confiança nas instituições públicas, principalmente das que formulam e avaliam as políticas públicas. Contudo, é importante referir que a falta de confiança no poder legislativo não impede, necessariamente, os assistentes sociais de procurarem influenciar a produção das políticas sociais, mas poderá indicar que, não confiando nas instituições, esta dimensão de atividade profissional, é pouco explorada (Carrilho e Branco, 2018). Quanto ao **objetivo específico 5** - *Conhecer que elementos os assistentes sociais sentem que condicionam a sua prática política*. Foi possível perceber que a maioria considera que está longe e não tem acesso direto às instituições legisladoras, apesar de se sentirem motivadas para poder orientar ou influenciar na execução de políticas públicas ou procedimentos na sua organização. Quanto ao **objetivo específico 6** - *Conhecer que atividades de prática política estão presentes no agir profissional dos assistentes sociais*. A criação de grupos de pais, grupos de autorrepresentantes, a participação em estudos de universidades, a articulação e sensibilização de parceiros e participação em audições ou consultas públicas, são algumas das práticas políticas mais referidas, contudo, foi referido na generalidade como algo secundário na sua atividade profissional. O investigador consegue concluir que existe uma falta de consciência da importância destas atividades desempenhadas que são de prática política, não as priorizando na sua intervenção. Quanto ao **objetivo específico 7** - *Compreender de que forma a Convenção dos Direitos da Pessoa com deficiência influencia a sua ação e que opinião têm*

*sobre a sua influência nas políticas públicas em Portugal.* A maioria considera que a Convenção dos Direitos das Pessoas com deficiência influencia a sua intervenção, contudo, demonstram desconhecimento sobre os modelos de intervenção e as mudanças de paradigma na área da deficiência têm nas diferentes políticas públicas e consequentemente nas respostas sociais na área da deficiência em Portugal. Quanto ao **objetivo específico 8** - *Conhecer os principais desafios identificados pelos assistentes sociais na área da deficiência na contemporaneidade.* Nesta questão todas apresentam uma maior análise crítica quanto à sociedade atual e aos principais obstáculos à plena inclusão, identificando várias dimensões (entraves no acesso a direitos; discriminação; falta de articulação em rede; dificuldades na participação; falta de atuação interdisciplinar) que atentam à dignidade humana da pessoa com deficiência tendo consciência das mesmas e apresentando soluções que devem ser reforçadas para existir uma sociedade mais inclusiva, tais como a sensibilização e capacitação da sociedade.

No que diz respeito ao objetivo geral desta investigação, *a dimensão política no exercício profissional dos assistentes sociais que exercem a sua atividade na área da deficiência* e respondendo à pergunta de partida: *Qual é o impacto da dimensão política no exercício profissional dos assistentes sociais que atuam na área da deficiência?* a investigação revela um frágil impacto da dimensão política na sua intervenção, reflexo de uma fraca consciência da maioria das assistentes sociais entrevistadas dessa dimensão, o que resulta num inconsistente envolvimento em práticas políticas. Demonstra também, um conhecimento restrito quanto aos modelos de intervenção do Serviço Social. É, no entanto, possível confirmar nas suas respostas, que mesmo não tendo consciência do seu significado como dimensão política, são realizadas atividades de prática política no decorrer da sua intervenção. Nesse sentido, o presente estudo vem ao encontro de uma opinião generalizada de diferentes autores, de que na contemporaneidade, grande parte dos assistentes sociais não tem consciência dessa dimensão política inerente à profissão. E, embora a prática política seja considerada um componente essencial do Serviço Social, o envolvimento real dos assistentes sociais na prática política é aparentemente muito limitado (Gal Idit e Gal John, 2014). Esse distanciamento dos profissionais foi também, claramente observado durante o primeiro contato feito pelo investigador às assistentes sociais entrevistadas, em que na primeira explicação do estudo e leitura do consentimento informado, a maioria afirmava não se sentir à vontade com o tema, ou afirmavam que não tinham qualquer envolvimento numa dimensão política do Serviço Social. Humphries (2005), faz uma chamada de atenção ao distanciamento da profissão à crítica política, assim como Amaro (2012) refere que as funções políticas do assistente social não estão inteiramente realizadas. Todavia, esta dissertação aprofunda a dimensão política do Serviço Social na sua relação específica com os Direitos Humanos e a deficiência, possivelmente por isso, no decorrer das entrevistas o investigador percebeu, que estas

foram revelando uma maior confiança e compreensão da temática ao longo da entrevista, tendo, nas últimas questões, alcançado uma maior reflexão na relação entre a dimensão política e a sua atividade na área da deficiência, revelando maior análise crítica na sua área específica de intervenção. A diminuição de centralidade da prática política na intervenção social coloca em risco pressupostos que se apresentam como um problema para a própria consolidação do saber face a outras profissões que ocupam a sua jurisdição, denunciando a necessidade de fortalecer os saberes, a identidade e o autoconhecimento profissional, mas também uma efetiva valorização externa do seu trabalho. A situação de fraca exposição pública e política dos profissionais é denominada como uma “prática defensiva” (Thompson, 2009).

Para Carvalho & Pinto (2015) esta responsabilidade não deve ser exclusivamente apontada aos assistentes sociais que dentro das suas funções estão condicionados pela organização da sociedade e do Estado, muitas vezes em conflito e sujeitando-se a pressões externas. É ainda, notório que um fraco investimento das organizações e serviços públicos em mais recursos humanos qualificados no domínio das profissões sociais, indica um recuo da evolução do trabalho em projetos e redes colaborativas, para um trabalho centrado na instituição e procedimentos excessivamente burocráticos.

A falta de clarificação sobre o conceito de prática política no Serviço Social apresenta-se como uma barreira à compreensão de como avançar com esta atuação no exercício profissional (Wyers, 1991). Nesse sentido, o investigador considera ser imprescindível continuar a explorar este tema, sendo necessários mais esclarecimentos aos alunos e profissionais, não só em sentido lato, mas também através de estudos específicos nas diversas áreas de intervenção social, dando-lhes confiança de que a dimensão política no seu exercício profissional, deve estar presente na sua ação. Pois, face a uma sociedade contemporânea de grandes desigualdades sociais, torna-se urgente reforçar a confiança dos assistentes sociais como agentes privilegiados na defesa da democracia e na promoção da justiça social.

Para uma verdadeira inclusão da pessoa com deficiência existe a necessidade de sensibilizar e capacitar a sociedade na área dos direitos humanos das pessoas com deficiência, os assistentes sociais devem usar diversos meios de prática política para lutar por esta causa e reivindicar os direitos das pessoas com deficiência. Foi possível confirmar na investigação que o termo *advocacy e self-advocacy*, *ainda* não está presente no dia-a-dia das assistentes sociais entrevistadas, sendo este fundamental para existir uma verdadeira mudança na sociedade, para criar ações de pressão, para envolver diversos atores e unir esforços para lutar em conjunto e colocar a pessoa com deficiência no centro da ação. Assim, para o investigador deste estudo emerge a seguinte questão para uma futura investigação: **Como será possível ampliar a consciência e a confiança dos assistentes sociais para uma intervenção social assumidamente mais ativista na área dos direitos da pessoa com deficiência?**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aires L. (2015). Paradigma Qualitativo e práticas de investigação educacional (1ª edição). Universidade Aberta. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2028>.
- Amado, João (2014). Manual de investigação qualitativa em educação. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amaro, Inês (2009). Identidades, incertezas e tarefas do Serviço Social contemporâneo. Edições da Universidade Católica Portuguesa.
- Amaro, Inês (2015). Fundamentos da Profissão na Contemporaneidade, Urgências e Emergências do Serviço Social. Edições da Universidade Católica Portuguesa.
- Almiralian, M. P., Ghirardi, I., Masioni, E., & Pasqualin, L. (2000). *Conceitualizando a Deficiência*, Revista de Saúde Pública, Vol. 34.
- Almeida, J., & Araújo, H. (2016). Serviço Social e Política Social: Desafios Contemporâneos. Edições Almedina.
- Arendt, Hannah (1998, 2.ª Ed. [1958]). *The human condition, London & Chicago*, The University of Chicago Press.
- Barnes, Colin, Mike Oliver, and Len Barton (2002). *Introduction Disability Studies today* (Eds.): 1-17. Cambridge: Polity Press.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1967). *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*. Garden City, NY: Doubleday.
- Bogdan, Robert, Biklen, Robert (2014). Uma Introdução à Teoria e aos Métodos. Investigação Qualitativa em Educação, Porto Editora.
- Blaikie N. e Priest J. (2019). *Designing social research: the logic of anticipation*. (3ª edição). Cambridge.

- Braga, Ana Patrícia (2018). Serviço Social e Autodeterminação das Pessoas com Deficiência. Tese de mestrado em Serviço Social, Departamento de Ciência política e Políticas Públicas, ISCTE, Lisboa.
- Carrilho, Rita, Branco, Francisco (2018). A Participação Política dos assistentes sociais em Portugal, publicação Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- Carvalho, Maria Irene, Pinto, Carla (2014). Serviço Social, Teorias e Práticas, Factor.
- CDPD (2006). Convenção dos Direitos da Pessoa com deficiência. Disponível em: <https://www.inr.pt/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>
- Sousa, I. de. (2015). Serviço Social em debate: que referenciais genéricos?. *Intervenção Social*, (42/45), 11–23. Obtido de <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/is/article/view/2187>
- Devlin, Richard, and Dianne Pothier (2006). *Toward a critical theory of decitizenship*. In Pothier, D.& Devlin, R. (Eds.), *Critical disability theory: Essays in philosophy, politics, policy, and law*, (pp.1-22). Vancouver: UBC Press.
- Domingues, M. (2016). Manual para o desenvolvimento local e comunitário das aldeias. Tese de Mestrado. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco.
- ENIPD 2021-2025 (2021). Disponível em: [https://www.inr.pt/documents\\_10](https://www.inr.pt/documents_10) .
- Evers, Jeanine (2011). *From the past into the future: how technological developments change our ways of data collection, transcription and analysis*, Forum Qualitative Social Research.
- Ferreira, J. & Álvarez-Pérez P. (2017). *Pobreza y Exclusion: Reinterpretacion desde el Trabajo Social, para un sistema de bienestar sostenible*, In: *Sistemas e Políticas de Bienestar, Una perspectiva internacional*.
- Fialho, Joaquim, O. (2021). Manual para a Intervenção Social, da teoria à ação. Edições Sílabo, Lisboa.

FIAS (2014). Definição Global de Serviço Social, Associação dos Profissionais do Serviço Social, (online).

Disponível em: <http://www.apross.pt/profissao/defini%C3%A7%C3%A3o/>

Fontes, F. (2009). Pessoas com deficiência e Políticas Sociais em Portugal: da caridade à cidadania social.

Revista Crítica de Ciências Sociais.

Fraser, Nancy (2009). Reenquadrando a Justiça em um Mundo Globalizado, Lua Nova.

Gal, John & Idit Weiss-Gal (ed.) (2013). *Social Workers Affecting Social Policy: An International Perspective*, University of Bristol, The Policy Press.

Gal, Idit, e Lia Levin (2010). *Social Workers and Policy Practice: An Analysis of Job descriptions in Israel*.

in *Journal of Policy Practice*, vol. 9: 3-4, Londres, pp. 183-200.

Garcia, Ana Paula; Ribeiro, Paula; Bracons, Hélia, Desment, Luisa (2019). Deficiência: Perspetivas e Desafios na Contemporaneidade, Edições Universitárias Lusófonas.

Garcia, E. et al (2015). *Disability and Human Rights: Global perspectives*, Palgrave.

Given L. M. (2008). *Qualitative Research Methods* (vols. 1-2) SAGE.

Gostin, Lawrence O (2001). *Beyond moral claims: A human rights approach in mental health*.

*Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics*, Vol. 10: 264-274.

Healy, Karen (2001). *Trabajo Social: perspectivas contemporâneas*, Ediciones Morata e Fundación Paideia, Madrid e Corunha.

Healy, Karen (2012). *Social Work Methods and skills – The Essential foundations of Practice*, New York, Palgrave Macmillan.

Howe, David (1996). *Surface and depth in social work Theory*, Wildhood House, England.

- Humphries, B. (2005). *From Margin to centre: Shifting the emphasis of Social Work research*. In R. Adams, L. Dominelli & M. Payne (Eds.), *Social Work futures – Crossing boundaries transforming practice*, (pp.279-292). Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- ISCTE-IUL. (2020). Ética na Investigação: Melhores práticas, melhor Ciência. [https://www.iscteul.pt/assets/files/2018/10/11/1539270104878\\_codigo\\_conduta\\_etica\\_na\\_inv\\_estigacao\\_iscte\\_iul.pdf](https://www.iscteul.pt/assets/files/2018/10/11/1539270104878_codigo_conduta_etica_na_inv_estigacao_iscte_iul.pdf)
- Jansson, B. (2003). *Becoming an effective policy advocate* (4<sup>th</sup>). Pacific Grove, CA, Brooks/Cole.
- Lawrence, Gostin (2001). *Public Health, Ethics, and Human Rights: A Tribute to the Late Jonathan Mann*, The Journal of Law, Medicine & Ethics.
- Lister, R. (2007). *Social justice: meanings and politics, Benefits*, (Online), 15 (2), pp. 113-125. Disponível : <https://dspace.lboro.ac.uk/dspace/bitstream/2134/3004/1/benefitssj.pdf>.
- Lovelock, R., K. Lyons & J. Powell (eds) (2004). *Reflecting on Social Work: Discipline and Profession*. Aldershot, Ashgate, apud Stein (2005).
- Lustig-Gants, Shiran e Idit Weiss-Gal (2015). *Why do Social Workers Become Policy Actors*, in Journal of Policy Practice.
- Manzini, E.J. (2004). Entrevista Semi-estruturada, Análise de objetos e de roteiros. Programa de Pós-Graduação em Educação, Unesp.
- Martins, Bruno Sena, Fontes, Fernando, Hespanha, Pedro, Berg, Aleksandra (2012). A emancipação dos estudos da deficiência. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Centro de Estudos Sociais, Coimbra.
- Mendes, P. (2007). *Social Workers and Social Activism in Victoria, Australia*. *Journal of Progressive Human Services*, 18(1), 25-44.

- McDonough, Josefina Figueira (1999). *Prática Política: a face negligenciada da intervenção em Serviço Social*, em Negreiros, Maria Augusta Geraldés et al, *Serviço Social, Profissão & Identidade. Que Trajetória?*, Lisboa & S. Paulo, Veras Editora
- Moreira, Carlos (2019). *O projeto ético-político do Serviço Social no atual contexto antidemocrático brasileiro*, São Paulo.
- Mota, A. (2009). *Serviço Social e Política Social em Portugal*. Edições Sílabo.
- Neves, S. (2014). *Políticas Sociais e Intervenção do Assistente Social*. Edições Sílabo.
- Oliver, M. (1990). *The politics of disablement: A sociological approach*. New York: St. Martin's
- Observatório de Deficiência e Direitos Humanos (2017). *Contributos no âmbito do processo de consulta pública: Modelo de Apoio à Vida Independente – Assistência Pessoal* (online).
- Organização das Nações Unidas (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> .
- Organização Mundial de Saúde (2011). *Relatório Mundial sobre a deficiência*. Disponível em: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020\\_por.pdf](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf).
- Payne, Malcolm (1996). *What is Professional Social Work?*. Londres, Venture Press.
- Payne, Malcolm (2002). *The Politics of Systems Theory within Social Work*, *Journal of Social Work*.
- Payne, Malcolm (2006). *What is a professional Social Work* (2ª ed.). Bristol: BASW/Policy Press.
- Pena, Maria João (2012). *Relação profissional: utopia ou realidade?* Tese de doutoramento em Serviço Social, Departamento de Ciência política e Políticas Públicas, Lisboa, ISCTE.
- Pinto, Paula Campos (2015). *Modelos de abordagem à deficiência: que implicações para as políticas públicas?* *Revista de Ciências e Políticas Públicas*, Lisboa.
- Pinto, A. (2009). *Serviço Social e Política Social: Debates e Desafios*. Edições Sílabo, Lisboa.

- Pereira, H. (2016). *Política Social e Serviço Social: Reflexões e Desafios*. Edições Sílabo, Lisboa.
- Press. Organização das Nações Unidas (1999). *Direitos Humanos e Serviço Social*, Departamento Editorial do ISSScoop. Lisboa.
- Quinn, Gerard and Theresia Degener, with Anna Bruce, Christine Burke, Joshua Castellino, Padraic Kenna, Ursula Kilkelly and Shivaun Quinlivan (2002). *The current use and future potential of United Nations human rights instruments in the context of disability*. Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights New York and Geneva.
- Rioux, Marcia and Fraser Valentine (2006). *Does theory matter? Exploring the nexus between disability, human rights, and public policy*. Critical Disability Theory: Essays in Philosophy, Politics, Policy, and Law, (pp. 47-69). UBC Press. Vancouver
- Ravitch S. M & Carl N. M. (2021). *Qualitative Research: bridging the conceptual, theoretical, and methodological* (2ª edição). SAGE.
- Santos, Clara Cruz (2009). *Retratos de uma profissão – a identidade do Serviço Social*, Quarteto, Coimbra.
- Shamai, Michal & Amnon Boehm (2001). *Politically oriented social work intervention*, International Social Work.
- Simões, Cristina (2016). *O Direito à Autodeterminação das Pessoas com Deficiência*, Associação do Porto de Paralisia Cerebral e Faculdade de Direito da Universidade do Porto.
- Sousa, M. I. de J. (2019). Serviço social: a dimensão política da profissão. *Intervenção Social*, (49/50), 9–24. Obtido de <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/is/article/view/2652>
- Thompson, N. (2009). *Understandig Social Work*. (3ªed.). Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Viscarret, Jesus (2007). *Modelos Y Metodos De Intervencion En Trabajo Social*. Alianza Editorial, Madrid.

Winner, Langdon (2003). *Duas visões da civilização tecnológica*, imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

Wyers, N.L. (1991). *Policy Practice in social work: Models and issues*. *Journal of Social Work Education*, 27, 241-250.

Yazbek, Maria Carmelita (2014). *A dimensão política do trabalho do assistente social. The political dimension of the social worker's work*, *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo.

## **ANEXOS**

**ANEXO A – Consentimento Informado**

**ANEXO B – Guião de Entrevista**

## CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de uma dissertação de mestrado a decorrer no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Este estudo incide sobre “A dimensão política no exercício profissional do Assistente Social na área da deficiência”, cujo principal objetivo é compreender a dimensão política no exercício profissional do assistente social.

O estudo é realizado por Paula Cristina Vieira Teixeira com o endereço de email [teixeira\\_paula@iscte-iul.pt](mailto:teixeira_paula@iscte-iul.pt), que poderá contactar caso deseje colocar uma dúvida ou partilhar algum comentário. A sua participação, que será muito valorizada, consiste em responder a 24 perguntas de uma entrevista e poderá durar cerca de 40-60 minutos. Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo.

Ainda que possa não beneficiar diretamente com a participação no estudo, as suas respostas vão contribuir para compreender a dimensão política no exercício profissional do assistente social que exerce a sua atividade na área da deficiência.

A participação neste estudo é estritamente voluntária: pode escolher participar ou não participar. Se escolher participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é também anónima e confidencial.

Os dados destinam-se apenas a tratamento estatístico e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar.

Face a estas informações, por favor indique se aceita participar no estudo:

ACEITO

NÃO ACEITO

Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## EXPLICAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

Muito obrigado por ter participado neste estudo. Conforme adiantado no início da sua participação, o estudo incide sobre “A dimensão política no exercício profissional do Assistente Social na área da deficiência”. Mais especificamente, tem como principal objetivo, compreender a dimensão política no exercício profissional do assistente social que exerça a sua atividade profissional na área da deficiência.

No âmbito da sua participação, escolhendo participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é também anónima e confidencial.

Reforçamos os dados de contacto que pode utilizar caso deseje colocar uma dúvida, partilhar algum comentário, ou assinalar a sua intenção de receber informação sobre os principais resultados e conclusões do estudo: Realizado por Paula Teixeira [teixeira\\_paula@iscte-iul.pt](mailto:teixeira_paula@iscte-iul.pt) Orientadora da Tese Prof. Doutora Maria João Pena [maria\\_joao\\_pena@iscte-iul.pt](mailto:maria_joao_pena@iscte-iul.pt) .

Mais uma vez, obrigado pela sua participação.

Eu, Paula Cristina Vieira Teixeira, aluna de mestrado em Serviço Social no ISCTE, encontro-me a realizar uma Dissertação sobre o tema “A dimensão política no exercício profissional do Assistente Social na área da deficiência”, cujo principal objetivo é compreender de que forma está presente ou não a Prática Política na sua intervenção na área da pessoa com deficiência.

A sua participação, que será muito valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento nesta área, consistindo em responder a 8 questões de caracterização sociodemográfica e 16 questões relativamente a este tópico. A entrevista deverá durar cerca de 40-60 minutos. As respostas serão gravadas em formato áudio para posteriormente serem transcritas de modo a possibilitar a sua análise. Não existem riscos expectáveis associados à participação no estudo.

**Questão 1:** Qual o seu género?

Masculino     Feminino     Outro

**Questão 2:** Qual a sua idade? \_\_\_\_\_

**Questão 3:** Habilitações Literárias? \_\_\_\_\_

**Questão 4:** Universidade ou Instituto Politécnico em que se licenciou?

**Questão 5:** Há quantos anos exerce a sua profissão?

**Questão 6:** Qual a organização em que trabalha?

**Questão 7:** Quais as suas funções?

**Questão 8:** Há quantos anos trabalha na atual organização?

**Questão 9:** Na sua atividade profissional como Assistente Social quais são atualmente as principais atividades desempenhadas?

**Questão 10:** Como é que define a relação que estabelece com os sujeitos de intervenção?

**Questão 11:** Tendo em conta a sua atividade profissional diária, considera que consegue ir de encontro ao que atenta como sendo para si os principais princípios e valores da profissão de Assistente Social na contemporaneidade e quais as maiores dificuldades nesse processo?

**Questão 12:** Quais os níveis de intervenção em que desenvolve a sua atividade (nível individual e/ou coletivo)?

**Questão 13:** Acompanhando as próprias transformações da sociedade atual, de que forma, considera possível os Assistentes Sociais contribuírem/agirem para uma redução das desigualdades e problemas sociais presentes nas sociedades? De que forma? (Dê exemplos).

**Questão 14:** Tendo em conta como dois dos principais pilares do Serviço Social a autodeterminação e a justiça social, quais considera mais presentes na sua ação profissional?

**Questão 15:** No contexto das Políticas Públicas e sociais considera que estas têm visado o bem-estar dos sujeitos, grupos e comunidades indo de encontro às suas necessidades específicas?

**Questão 16:** Já teve oportunidade de acesso a instituições que formulam as políticas sociais, de forma a influenciar a sua conceção ou reformulação? (de que forma?)

**Questão 17:** Qual a sua facilidade de influenciar os procedimentos da organização onde está inserida?

**Questão 18:** Considera-se motivado e com as capacidades necessárias para influenciar na formulação ou reformulação de políticas sociais ou de influenciar procedimentos na organização em que está inserido(a)?

**Questão 19:** De que forma é que a sua prática inclui ou deveria incluir atividades de motivação para a auto-organização dos sujeitos em movimentos ou associações?

**Questão 20:** De que forma é que a sua prática inclui ou deveria incluir atividades de representação ou advocacia dos sujeitos?

**Questão 21:** De que forma é que a sua prática inclui ou deveria incluir atividades de publicação de artigos científicos, relatórios, investigação?

**Questão 22:** De que forma é que a sua prática inclui ou deveria incluir atividades de participação em consultas públicas, discussão públicas?

**Questão 23:** Quanto à Convenção dos Direitos das Pessoas com deficiência das Nações Unidas, a estratégia nacional e outros instrumentos legais de que forma estas orientam a sua intervenção e qual a sua opinião quanto ao impacto que esta tem nas atuais políticas públicas para a pessoa com deficiência em Portugal?

**Questão 24:** Atualmente, quais são para si os principais desafios na efetivação dos direitos humanos da pessoa com deficiência?

Muito obrigada pela sua participação!